

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

KATHARINNE DANTAS VIGGIATO

**MEMÓRIA, CORRUPÇÃO E O ACONTECIMENTO DISCURSIVO PC
FARIAS ESPETACULARIZADO NA MÍDIA**

Vitória da Conquista
Dezembro de 2012

KATHARINNE DANTAS VIGGIATO

**MEMÓRIA, CORRUPÇÃO E O ACONTECIMENTO DISCURSIVO PC
FARIAS ESPETACULARIZADO NA MÍDIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa Memória, Discurso e Narrativas, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva

Vitória da Conquista
Dezembro de 2012

V682m	<p>Viggiato, Katharinne Dantas</p> <p>Memória, corrupção e o acontecimento discursivo PC Farias espetacularizado na mídia. Katharinne Dantas Viggiato. Orientadora Maria da Conceição Fonseca-Silva, - - Vitória da Conquista, 2012. 82 fl.</p> <p>Dissertação (mestrado - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2012.</p> <p>1. Memória discursiva. 2. Corrupção política. 3.Espetacularização. 4. Mídia. I. Fonseca-Silva, Maria da Conceição. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. Título.</p>
-------	--

Título em inglês: Memory, corruption and the discursive event PC Farias spectacularized in the media

Palavras-chaves em inglês: Discursive Memory. Political Corruption. Spectacularization. Media

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (titular), Prof. Dr. Marcello Moreira (titular), Profa. Dra. Jaciara Ornélia Nogueira de Oliveira (titular), Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida (suplente), Profa. Dra. Rosa Helena Blanco Machado (suplente)

Data da Defesa: 18 de dezembro de 2012.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

KATHARINNE DANTAS VIGGIATO**MEMÓRIA, CORRUPÇÃO E O ACONTECIMENTO DISCURSIVO
PC FARIAS ESPETACULARIZADO NA MÍDIA**

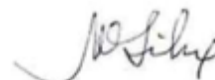
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa Memória, Discurso e Narrativas, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 18 de dezembro de 2012.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (presidente)

Ass.:



Instituição: UESB

Prof. Dr. Marcello Moreira

Ass.:



Instituição: UESB

Profª. Dra. Jaciara Omélia Nogueira de Oliveira

Ass.:



Instituição: UNEB

A meu marido, por tudo.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, por ter oportunizado a minha formação em nível de mestrado, e à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

À minha orientadora, professora Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva, por todo o ensinamento e oportunidade de avançar ao lado de sua experiência como pesquisadora.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por financiar esta pesquisa.

Aos professores membros da Banca de Qualificação, Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida e Dra. Maria Aparecida Silva de Souza, pelas valiosas sugestões, críticas e instruções.

À professora Dra. Jaciara Ornélia Nogueira de Oliveira e ao professor Dr. Marcello Moreira, por terem aceitado participar da Banca de Defesa desta dissertação.

Ao Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis).

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, pelo carinho e atenção.

Aos colegas de mestrado, pelo companheirismo, pelo suporte, pelas alegrias e gargalhadas, e também pela disposição em ouvir e amenizar as angústias compartilhadas. Especialmente, agradeço a Elton, pela atenção, bondade e sábias instruções, a Dani Miranda, por toda preocupação, a Ingrid e Luana, por todos os direcionamentos, paciência, carinho e pela amizade gerada.

Aos meus pais, Antônio Viane e Marta Bianca, que, mesmo distantes fisicamente, permaneceram com o auxílio. Agradeço, com imensa felicidade e orgulho, às orações, palavras de conforto e ao amor incondicional.

Ao meu marido, Leonardo Freire, pela paciência nos momentos difíceis, pela compreensão e carinho, por todas as palavras de conforto e esperança direcionadas a mim, por lutar, se alegrar e sempre me impulsionar com sua paz, fé e luz, que fazem parte de sua essência. Obrigada por tudo, obrigada pelo amor sincero.

Aos meus líderes e amigos, Emanuelle e Leonardo, pelas orações e apoio.

Ao Deus de Israel, principalmente, a quem sirvo, louvo e exalto por ter me concedido a oportunidade de trilhar este caminho de aprendizado, que me proporcionou

amadurecimento. Obrigada, Senhor, por todas as forças e por me mostrar, a cada dia, que tudo está sob o Seu controle, que tudo depende da Sua inteira vontade e que o melhor, sempre, é Te conhecer e permanecer Contigo.

RESUMO

Neste trabalho, analisamos o funcionamento do espetáculo e da espetacularização do caso de corrupção política comandado por Paulo César Farias e como a memória irrompe, indicando associações entre PC e Fernando Collor de Mello. O *corpus* foi constituído de edições da revista semanal *Veja*, que circularam de agosto de 1987 a agosto de 1996. Defendemos a hipótese de que o funcionamento do espetáculo em torno do “esquema PC” se dá a partir da produção de efeito-sentido que rememora dizeres que maculam a imagem de Fernando Collor, mesmo após o processo de *impeachment*. Na análise do *corpus*, mobilizamos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso (AD), bem como das contribuições teóricas da Comunicação e Ciência Política.

PALAVRAS-CHAVE

Memória discursiva. Corrupção política. Espetacularização. Mídia

ABSTRACT

In this paper, we analyze the functioning of spectacle and spectacularization of the political corruption case led by Paulo César Farias and how memory bursts, indicating associations between PC and Fernando Collor de Mello. The *corpus* consisted of editions of the weekly magazine *Veja*, which circulated from August 1987 to August 1996. We defend the hypothesis that the functioning of the show around the "PC scheme", is based on the production of meaning effect that reminds sayings that tarnish the image of Fernando Collor, even after the impeachment process. In the analysis of the *corpus*, we mobilize theoretical and methodological assumptions of Discourse Analysis (AD) as well as theoretical contributions of Communication and Political Science.

KEY WORDS

Discursive Memory. Political Corruption. Spectacularization. Media

FIGURAS

Figura 1. Veja, edição 988, 12 de agosto de 1987	41
Figura 2. Veja, edição 1020, 23 de março de 1988	42
Figura 3. Veja, edição 1110, 24 de dezembro de 1989	43
Figura 4. Veja, edição 1153, 24 de outubro de 1990	44
Figura 5. Veja, edição 1200, 18 de setembro de 1991	47
Figura 6. Veja, edição 1234, 13 de maio de 1992.....	48
Figura 7. Veja, edição 1235, 20 de maio de 1992.....	50
Figura 8. Veja, edição 1236, 27 de maio de 1992.....	52
Figura 9. Veja, edição 1239, 17 de junho de 1992	54
Figura 10. Veja, edição 1240, 27 de junho de 1992	57
Figura 11. Veja, edição 1242, 8 de julho de 1992	62
Figura 12. Veja, edição 1253, 23 setembro de 1992	68
Figura 13. Veja, edição 1260, 4 novembro de 1992.....	70
Figura 14. Veja, edição 1451, 3 de julho de 1996	72
Figura 15. Veja, edição 1456, 7 de agosto de 1996	74

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Considerações iniciais	11
1.2 Considerações sobre o <i>corpus</i> de pesquisa	13
1.3 Organização da dissertação	14
2 MEMÓRIA E CORRUPÇÃO POLÍTICA	16
2.1 Considerações sobre a memória como objeto multifocal	16
2.3 Memória e corrupção política no Brasil	27
2.4 Espetáculo e espetacularização midiática de casos de corrupção política no Brasil	35
3 MEMÓRIA E FUNCIONAMENTO DO ESPETÁCULO EM TORNO DO ESQUEMA DE CORRUPÇÃO POLÍTICA PC FARIAS	38
3.1 Considerações iniciais	38
3.2 O caçador de “marajás”	39
4 MEMÓRIA E ESPETACULARIZAÇÃO DO “ESQUEMA PC”	61
5 CONCLUSÃO	76

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

A importância dos meios de comunicação de massa na política contemporânea pode ser percebida a partir de específicas dimensões que assinalam a significativa presença da mídia nas práticas políticas. No que diz respeito a essas dimensões, podemos observar que a mídia se tornou o principal meio de aproximação entre a elite política e o cidadão comum, por conseguinte, o *discurso político* teve de se adaptar às principais formas do estilo midiático. Nessa perspectiva, a mídia é o principal responsável pela produção da *agenda pública*, de maneira a pautar questões relevantes que buscam atender às preocupações públicas. Com isso, conforme Miguel (2004),

O impacto da definição de agenda pelos meios de comunicação é perceptível não apenas no cidadão comum, que tende a entender como mais importantes as questões destacadas pelos meios de comunicação, mas também no comportamento de líderes políticos e de funcionários públicos, que se veem na obrigação de dar uma resposta àquelas questões (MIGUEL, 2004, p. 8).

Esse impacto do agendamento, que não passa despercebido pelos agentes políticos, suscita o cuidado em relação às suas ações tendo em vista o próprio impacto da publicização na mídia. Dessa maneira, a partir da visibilidade proporcionada pelos meios de comunicação, a preocupação em relação a esta característica da visibilidade torna-se significativa a candidatos à posição de destaque político, ratificando, nessa relação entre mídia e política, o fato de que os veículos de comunicação se tornaram, no sentido do autor, um aspecto central da vida política contemporânea.

Iniciados nos anos 1980 e impulsionados, sobretudo, devido às circunstâncias das eleições presidenciais diretas em 1989, os estudos sobre a relação entre mídia e política, no Brasil, já acumulam uma parcela importante de pesquisas. Amplamente investido na mídia, o “fenômeno Collor”, portanto, tornou-se o importante marco para os estudos em relação às novas conexões entre mídia e política, como salientam Azevedo e Rubim (1998), ao ratificarem que,

Sem dúvida, a eleição presidencial de 1989, realizada depois de 29 anos sem eleições diretas para presidente, aparece como acontecimento detonador de um boom imediato e posterior de reflexões sobre o enlace

entre mídia e política. Pode-se afirmar que este acontecimento eleitoral, ao fazer emergir em toda sua potência estas conexões entre mídia e política, começa verdadeiramente a conformar um campo de estudos sobre comunicação e política no país, perpassado por olhares sintonizados com esta nova circunstância de sociabilidade acentuadamente midiaticizada (AZEVEDO; RUBIM, 1998, p. 3).

Nesse sentido, as pesquisas, a partir desse novo contexto de direcionamentos de estudos, passaram a se dirigir para a compreensão do papel da mídia no processo eleitoral, bem como para a verificação das alternâncias nas campanhas políticas, uma vez que se passou a investir, sobremaneira, em técnicas e estratégias de comunicação.

No novo contexto de pesquisas e estudos sobre a temática mídia e política, outra perspectiva ganhou formato, voltando-se, segundo apontam os estudos de Romualdo e Silva (2010), para a espetacularização dos políticos, partidos, candidatos e mandatos. Com isso, deu-se início à colocação, conforme os autores, do termo midiaticização da política, a fim de se fazer referência à política ambientada pela mídia, e espetacularização midiática da política, processo que, por meio do acionamento de dispositivos diversos, fabricam o espetáculo¹.

No processo de espetacularização midiática da política, que produz o espetáculo, além da espetacularização de políticos, partidos, candidatos e mandatos, podemos observar, inserida na conjuntura política, a espetacularização de casos de corrupção. Nesse sentido, para que a corrupção política seja espetacularizada e visualizada ela precisa se tornar escândalo na mídia, o que implica um percurso de desenvolvimento que envolve revelação, publicação, defesa, dramatização, execução ou julgamento e rotulação. A partir de Fonseca-Silva (2009), compreendemos que a corrupção, para ser escandalosa, precisa ser descoberta e ser denunciada.

Na pesquisa que resultou neste trabalho, propomo-nos, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso (AD), bem como das contribuições teóricas da Comunicação e Ciência Política, analisar edições da revista *Veja*, a fim de respondermos a seguinte pergunta: como se dá, em *Veja*, o funcionamento do espetáculo em torno do caso de corrupção política (“esquema PC”) comandado por Paulo César

¹A discussão sobre os conceitos relacionados aos processos de espetacularização, espetáculo e midiaticização é realizada no capítulo 2, deste trabalho.

Cavalcante Farias, o PC Farias, e como a memória irrompe indicando associações entre PC e o então presidente Fernando Collor de Mello?

Para responder a essa questão, levantamos a hipótese de que o funcionamento do espetáculo em torno do “esquema PC” se dá a partir da produção de efeito-sentido² que rememora dizeres que maculam a imagem de Fernando Collor mesmo após o processo de *impeachment* que o afastou do governo.

1.2 Considerações sobre o *corpus* de pesquisa

A princípio, interessávamos estudar a relação entre Comunicação e Política, partindo do que, geralmente, articula-se a respeito dessa relação, isto é, a questão da mídia e suas influências³. No entanto, ao encontrarmos um grupo de pesquisa em Análise de Discurso (GPADis/Cnpq/Uesb) que desenvolve o projeto temático Mídia, memória discursiva, efeitos-sentido e corrupção política no Brasil⁴, atentamos, especificamente, para o estudo em relação a questões concernentes a escândalos e corrupção política no Brasil, bem como a discursivização sobre esta temática na mídia.

Redefinimos nosso projeto de pesquisa, a partir do interesse inicial, uma vez compreendido que para a Análise de Discurso não interessa analisar como se constitui uma provável intervenção da mídia no comportamento das pessoas (FONSECA-SILVA, 2007a; 2007b; 2009). Tendo em vista que o *corpus* de pesquisa do projeto temático ao qual esta pesquisa está vinculada constitui-se de materialidades significantes que abordam, dentre outros escândalos de interesse do projeto, escândalos políticos, fizemos um recorte e optamos por trabalhar com a mídia impressa, especificamente, com a revista de informação *Veja*, lançada pela Editora Abril em 1968 e considerada como um dos veículos de comunicação que mais se destaca na imprensa brasileira, é a mais comprada, a maior em assinaturas e em tiragem de exemplares (nacionalmente), conforme observa FONSECA-SILVA, 2007b; 2009). Além disso, *Veja* possui um arquivo digital com todas

² Sobre o sentido como efeito, ver Fonseca-Silva (2007c).

³ Fonseca-Silva (2009) pondera que o estudo da relação entre Comunicação e Política no Brasil direciona-se para pesquisas que investigam, além da questão da mídia e suas influências, a comunicação mediatizada ou a cultura midiática.

⁴ Inserido à linha de pesquisa Memória, Discurso e Narrativas, o projeto temático “Mídia, memória discursiva, efeitos-sentido e corrupção política no Brasil”, é coordenado pela Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva. O projeto está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb.

as edições já veiculadas, o que facilitou o nosso acesso para leituras e análises das edições que nos interessavam.

A partir disso, foram catalogadas 86 matérias cujas chamadas foram destaque em capas de edições do periódico que circularam entre agosto de 1987 e agosto de 1996. A catalogação das edições referentes a esse período foi necessária devido ao fato de que em 1987 *Veja* já havia discursivizado sobre o político Collor de Mello e, com a vitória nas eleições para presidente da República, teve início a discursivização sobre seu tesoureiro Paulo César Farias, que, em grande parte, direcionava-se à relação entre Collor e PC, às práticas corruptas cometidas pelo ex-tesoureiro, bem como, posteriormente, à ligação dessas práticas com o próprio Fernando Collor de Mello e seu governo. Das edições que constituem o *corpus*, selecionamos e analisamos quinze capas e vinte e duas matérias, que não fizeram, necessariamente, referência a essas capas.

1.3 Organização da dissertação

Além do Capítulo 1, em que apresentamos o problema, hipótese e constituição do *corpus* da pesquisa que proporcionou a elaboração deste trabalho, a dissertação apresenta os seguintes capítulos:

Capítulo 2, intitulado **Memória e corrupção política**, no qual tratamos sobre a memória como objeto multifocal, bem como sobre a corrupção política no Brasil e a espetacularização midiática de casos de corrupção política.

Capítulo 3, intitulado **Memória e funcionamento do espetáculo em torno do esquema de corrupção política PC Farias**, em que mostramos o modo pelo qual *Veja* discursiviza e espetaculariza sobre o surgimento de Paulo César Farias, a partir da vitória presidencial de Fernando Collor de Mello, e como, por meio do recorte que realizamos, as associações estabelecidas entre PC e o então presidente alternaram as encenações discursivas sobre Collor.

Capítulo 4, intitulado **Memória e espetacularização do “esquema PC”**, no qual tratamos sobre a discursivização espetacularizada, em *Veja*, a respeito de questões do “esquema PC” e que, num efeito de memória discursiva, apontam ligações entre as ações corruptas de Paulo César Farias e funcionários, familiares e o próprio então presidente Fernando Collor de Mello.

E o Capítulo 5, a **Conclusão**, em que apresentamos, de forma sucinta, as considerações finais sobre o trabalho de pesquisa.

2 MEMÓRIA E CORRUPÇÃO POLÍTICA

2.1 Considerações sobre a memória como objeto multifocal

Se considerarmos que lembranças podem ser organizadas em torno de uma pessoa ou no interior de uma sociedade, poderemos pensar, então, em *memórias individuais* e *memórias coletivas*. Para Halbwachs (1950), o indivíduo participa desses dois tipos de memória, de modo que ao participar de uma ou de outra, adota atitudes distintas. A *memória individual* não está inteiramente isolada e fechada, pois, um indivíduo, para trazer seu próprio passado, necessita recorrer às lembranças dos outros, ou seja, “ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade” (p. 54). A *memória coletiva*, por sua vez, envolve as *memórias individuais*, no entanto, não se confunde com elas. Não se confunde, também, com a história, tendo em vista que o termo, segundo o autor, refere-se à “compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens” (p. 80), a história começa quando acaba a tradição, momento pelo qual se tem apagado a *memória coletiva* ou social.

Logo, para o autor, escrever a história de um período ou de uma sociedade torna-se necessário quando se observa um distanciamento com o passado, uma vez que para se escrever a história tem de haver testemunhas dotadas por alguma lembrança. Dá-se início à história quando a memória acaba, e isto ocorre a partir do momento em que não se tem mais um grupo por suporte, limitado no espaço e no tempo, isto é,

aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores (HALBWACHS, 1950, p. 80).

Desse modo, a única maneira de proteger as lembranças, conforme o autor, é

fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. Se a condição necessária, para que haja memória, é que o sujeito que se lembra, indivíduo ou grupo, tenha o sentimento de que busca suas lembranças num movimento contínuo, como a história seria uma memória, uma vez

que há uma solução de continuidade entre sociedade que lê esta história, e os grupos testemunhas ou atores, outrora, dos fatos que ali são narrados? (HALBWACHS, 1950, p. 80-81).

Com isso, a *memória coletiva* retém do passado somente o que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência de um grupo, ou seja, a memória “não ultrapassa os limites deste grupo” (p. 82). Na perspectiva do autor, no desenvolvimento contínuo da memória coletiva, o presente não se opõe ao passado, porque este não mais existe, “enquanto, para o historiador, os dois períodos têm realidade, tanto um quanto o outro” (p. 84). A memória de uma sociedade e os grupos que a constituem não cessam de se transformar, de maneira que, segundo o autor, torna-se difícil identificar o momento em que uma lembrança coletiva deixa de existir, pois, se conservada numa parte da sociedade, sempre será encontrada.

Nora (1984) retoma as distinções entre memória e história, apresentadas por Halbwachs (1950), salientando que a história é reconstrução problemática e inacabada daquilo que se tornou inexistente, uma representação do passado. Para ele, a memória é vida, gerida por grupos vivos, e, por assim ser, está em constante desenvolvimento.

Nessa discussão, é importante o conceito de *lugares de memória* que foi cunhado por Halbwachs (1950) e reconfigurado por Nora (1984), para quem a vivência da memória, em algum lugar, é possível a partir da criação de *lugares de memória*. Conforme este autor, os *lugares de memória* surgem do sentimento de que não há memória espontânea e de que é preciso elaborar arquivos, manter aniversário, organizar celebrações, realizar elogios fúnebres, notariar atas, já que estas operações não são naturais.

Os *lugares de memória* funcionam, portanto, como lugares materiais, lugares simbólicos e lugares funcionais, simultaneamente, pois, na perspectiva do autor,

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança (NORA, 1984, p. 21-22).

Dessa forma, a coexistência desses três aspectos é constituída devido a uma interação entre memória e história, que, ao serem formados historicamente, ocorrem como registros: museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processo verbais, monumentos, santuários, associações. Entretanto, nem tudo pode ser compreendido como *lugar de memória*, pois, a princípio, é preciso ter vontade de memória. Para Nora (1984), na ausência dessa intenção de memória, os *lugares de memória* seriam lugares de história.

Considerando os estudos de Halbwachs (1950), no que concerne *memória coletiva*, e Nora (1984), sobre *lugares de memória*, Pollak (1989) discorre sobre a disputa entre memórias, a partir da clivagem entre *memória oficial* e *memórias subterrâneas*. O autor chama a atenção para o fato de que, embora essa clivagem esteja relacionada a fenômenos de dominação, não remete, apenas, às relações entre Estado dominador e sociedade civil, mas, também, às relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (POLLAK, 1989).

Essas memórias surgem, na perspectiva do autor, quando se compreende a relação de uma sociedade com o seu passado. Logo, a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e interpretações do passado que se deseja preservar, faz parte das tentativas de definição e reforço de sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre as diversas coletividades, sejam elas os partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações.

Dessa forma, o autor chama a atenção, ainda, para três circunstâncias: os casos dos crimes stalinistas na União Soviética, os sobreviventes dos campos de concentração nazistas, que retornaram à Alemanha ou à Áustria, e os 130 mil alsacianos e lorenos recrutados, à força, a diferentes formações do exército alemão. Os casos tratados por Pollak (1989), em comum, tem o fato de testemunharem lembranças individuais e de grupos, durante anos. São lembranças “proibidas”, “indizíveis” ou “vergonhosas” que, em sua perspectiva, opõem-se a mais legítima das *memórias coletivas* – a *memória nacional* - e que são repassadas no vínculo familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e política. Para ele, “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (p. 3). Por conseguinte, existem nas lembranças desses indivíduos zonas de sombras, silêncios, “não-ditos”. Conforme o autor, a fronteira entre

o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 6).

Nesse sentido, a questão voltada para as *memórias subterrâneas* (memória clandestina e inaudível) é a de que sua transmissão não é completa, até que passe do “não-dito” à contestação, à reivindicação. Para que a *memória subterrânea* seja suprimida, por sua vez, é necessário que ela passe por um processo de *enquadramento da memória*. Esse processo se alimenta do material fornecido pela história e é o que reinterpreta o passado em função dos combates do presente e do futuro. Assim, o trabalho de *enquadramento da memória* tem seus atores profissionalizados, profissionais da história das organizações, que atuam, segundo o autor, como os controladores da imagem de uma determinada associação.

Nessa perspectiva, o autor discute essa questão, mostrando um momento de sua pesquisa sobre os sobreviventes do campo de Auschwitz-Birkenau. Para o processo de entrevistas com testemunhas da ocasião, cuja escolha foi feita pelas próprias responsáveis pela associação. Conforme Pollak (1989), neste caso, o controle da memória se estendeu à escolha de testemunhas autorizadas, levando à produção de discursos organizados. No sentido do autor, além desse controle da memória, os rastros do trabalho de *enquadramento da memória* se materializam em monumentos, museus, bibliotecas, sendo a memória guardada, também, através das pirâmides, dos vestígios arqueológicos, das catedrais da Idade Média, dos teatros das óperas do século XIX, dos edifícios dos grandes bancos.

Além desses autores, consideramos importantes os postulados sobre memória apresentados por Foucault ([1969] 2008). Ao tratar da questão, ele define enunciado⁵ como unidade elementar do discurso, que apresenta quatro características, dentre as quais, o que ele denomina de *domínio de memória* ou *campo associado*, constituído

pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados (elementos rituais em uma narração; proposições já

⁵ Sobre o enunciado em Foucault, ver também Fonseca-Silva (2010).

admitidas em uma demonstração; frases convencionais em uma conversa) (FOUCAULT, [1969] 2008, p. 111).

A partir dessa perspectiva, Courtine (1981), operando deslocamento do conceito que Foucault ([1969] 2008) denomina de *campo associado* ou *domínio de memória*, cunha o conceito de *memória discursiva*, que, segundo o autor, direciona-se à existência histórica do enunciado, isto é, o enunciado está inscrito na história. Ele defende que os enunciados existem “no tempo longo de uma memória” (p. 106), enquanto as formulações são tidas “no tempo curto da atualidade de uma enunciação” (p. 106). Dessa forma, é na relação entre interdiscurso (memória) e intradiscurso (atualidade), que se dá, nessa atualidade, um efeito de memória discursiva.

Pêcheux (1983a), ao tratar da questão, por sua vez, toma memória discursiva como aquilo que:

face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1983a, p. 52).

O autor discute memória discursiva tomando-a como uma dialética da repetição e da regularização. Dessa forma, indica que essa regularização discursiva não permanece em sua totalidade diante do surgimento de acontecimentos novos, ocorrendo, por conseguinte, um jogo de força na memória.

A partir desses postulados teóricos, Fonseca-Silva (2007a) opera deslocamento dos conceitos de *lugares de memória* (NORA, 1984), *domínios de memória* (FOUCAULT, [1969] 2008) e *memória discursiva* (COURTINE, 1981; PÊCHEUX, 1983), a fim de articular e defender, a partir da perspectiva da Análise de Discurso, “que toda e qualquer materialidade simbólica de significação funciona como lugar de memória discursiva” (p. 19). É dessa perspectiva que a autora pensa também as mídias como *lugares de memória discursiva*, já que funcionam como materialidade significante. Partindo desta compreensão, tomamos as edições da revista de informação *Veja*, utilizadas como *corpus* desta pesquisa, como lugar de memória discursiva, uma vez que, nas edições do periódico, podemos identificar diferentes discursos que circulam na

sociedade e, no caso que nos interessa mais de perto neste trabalho, discursos sobre corrupção política, e, mais especificamente, sobre o esquema PC Farias

2.2 Considerações sobre os sentidos do termo corrupção

Partindo do pressuposto de que existem distintos sentidos que podem ser atribuídos ao termo corrupção, destacamos, dentre eles, o fato de que este fenômeno tem a ver com transação ou troca entre um corrupto e um corruptor, envolvendo promessa de recompensa, em troca de favorecimento do interesse de quem corrompe. De acordo com Pasquino (1998), o fenômeno pelo qual um funcionário público age de maneira divergente aos padrões regidos por determinado sistema, de forma a favorecer interesses particulares em troca de recompensas, pode ser designado por corrupção. Para o referido autor, é preciso pensar sobre este fenômeno a partir de uma perspectiva da legalidade e ilegalidade e não da moralidade e imoralidade. Por isso, ao falarmos de corrupção, devemos levar em conta as diferenças presentes entre determinadas práticas sociais e condutas legais, bem como os aspectos que fundamentam a avaliação dos comportamentos dos indivíduos, no que tange o setor privado e público. Sobre esse assunto, Pasquino (1998) afirma que

o diretor de uma empresa privada que chamasse o seu filho para um posto de responsabilidade não cometera um ato de nepotismo, mesmo que o filho não possuísse os requisitos necessários; mas cometê-lo-ia o diretor de uma empresa pública (PASQUINO, 1998, p. 292).

Para o autor, corrupto refere-se ao comportamento ilegal de quem desempenha alguma função na estrutura estatal, podendo, ainda, a corrupção, ser distinguida em três tipos: prática da recompensa, nepotismo ou concessão de empregos ou específicos cargos baseados na relação de parentesco, e desvio de recursos públicos para uso privado.

Para Ribeiro (2010), a corrupção, a partir da concepção de que ela se dá em processos de trocas baseadas em interesses específicos, ocorre fundamentada em aspectos que envolvem incentivos negativos – os processos de trocas se dão por meio de ameaças e penalidade – e incentivos positivos – os processos de trocas se dão por meio de subornos

ou baseados em laços pessoais, isto é, laços de parentesco, amizade, patronagem, clientela e afeição.

De acordo com Filgueiras (2009), os estudos mais sistemáticos sobre a corrupção surgiram nos Estados Unidos, tendo em vista a questão da modernização e das abordagens comparativas direcionadas à temática do desenvolvimento. Para o autor, dentre as abordagens sobre a corrupção, a concepção funcionalista⁶ busca compreender como o fenômeno pode contribuir ou dificultar o desenvolvimento de sociedades tradicionais e subdesenvolvidas.

A partir dessa abordagem, que se tornou dominante nos anos de 1960, a corrupção seria típica de sociedades subdesenvolvidas e, ao mesmo tempo, representaria um tipo de prática aceita devido à baixa institucionalização política, podendo, inclusive, cumprir uma função no desenvolvimento:

A corrupção é explicada, portanto, como disfunção inerente de uma estrutura social de tipo tradicional, que, no contexto da modernidade, gera instabilidade no plano político e econômico. A corrupção, dessa forma, pode cumprir uma função de desenvolvimento, uma vez que ela força a modernização. Porém, sua função de desenvolvimento é cumprida desde que ela esteja sob o controle das instituições políticas, de tipo moderno (FILGUEIRAS, 2009, p. 395).

Assim, enquanto a vertente funcionalista procurava entender os custos e benefícios da corrupção para o desenvolvimento, a partir dos anos 1970, o tema da corrupção passou a ser considerado sob a configuração da cultura política, o que levou ao rompimento das questões concernentes aos benefícios do fenômeno. Dessa forma, os estudos direcionados à premissa da cultura política relacionam a corrupção às práticas sociais, com o objetivo de refletir a respeito de aspectos valorativos que permitem, por exemplo, que determinado indivíduo aceite ou não se envolver em um esquema de corrupção.

Filgueiras (2009) defende que, paralelo ao sistema institucional e legal, o sistema de valores é essencial para despertar ou impedir as práticas corruptas dentro de uma sociedade. A corrupção, partindo desses pressupostos, tem a ver com práticas do

⁶ A perspectiva da abordagem funcionalista da corrupção discute que o fenômeno seria uma maneira de os políticos articularem seus interesses nos espaços públicos, ou melhor, as elites, por meio da persuasão e incidência política, influenciariam nas decisões governamentais, obtendo, consequentemente, vantagens (SOUSA, 2010).

nepotismo, patronagem, clientelismo e com envolvimento direto com a autoridade política, a fim de obter vantagens e privilégios.

A partir de 1980, as pesquisas sobre corrupção incorporaram uma abordagem econômica, centrada, sobretudo, nos estudos que se voltavam para as análises dos custos da corrupção para a economia. Nesse período, a temática da corrupção ascendeu juntamente com a fase de liberalização econômica e política. Os estudos de viés econômico sobre o tema permitiram a observação de que os custos sobrepujam os benefícios indicados, a princípio, pela concepção funcionalista. Com isso,

a corrupção é explicada por uma teoria da ação informada pelo cálculo que agentes racionais fazem dos custos e dos benefícios de burlar uma regra institucional do sistema político, tendo em vista uma natural busca por vantagens. [...] As proposições de reformas institucionais, derivadas dessa vertente econômica de análise da corrupção, tendem a ver o Estado - que detém o monopólio do uso da força - como uma instituição naturalmente corrompida, o lugar privilegiado dos vícios e da malversação de recursos (FILGUEIRAS, 2009, p. 396-397).

Segundo a perspectiva econômica, a democracia e os sistemas de probidade precisam seguir as normas mercadológicas para que seja possível a diminuição da corrupção, conforme argumenta Filgueiras (2009), para quem o problema da abordagem econômica é que ela tende a naturalizar a corrupção sob o aspecto dos interesses materiais, sem considerar que o fenômeno está relacionado a processos sociais. Conforme o autor, é fundamental, sobretudo, pensar a corrupção a partir de uma premissa que alie política e práticas sociais, o que significa afirmar que resgatar uma dimensão de moralidade⁷ a fim de se pensar a temática da corrupção possibilita a compreensão dos significados que o fenômeno pode assumir na dimensão pública.

Assim, a corrupção, no sentido de Filgueiras (2009), é um juízo moral com base no qual consideramos determinada ação política correta ou não. Para o autor,

⁷ Filgueiras (2009) refere-se à moralidade como valores básicos, que definem a responsabilidade do indivíduo frente à sociedade. O autor não trata de termos éticos, apenas considera que o conceito de corrupção tem uma conotação normativa, logo, “termos como decoro, honestidade, confiança e respeito têm um caráter normativo de posições corretas do indivíduo frente à sociedade, que nem sempre serão éticas” (p. 398).

quando dizemos que um agente A cometeu um ato de corrupção, tomamos como conteúdo do juízo moral expectativas normativas, que têm uma natureza consensual na esfera pública. Espera-se que esse mesmo político A seja honesto, aja com decoro e respeito aos deveres cívicos, atenda às necessidades da sociedade, seja capaz de legislar e executar normas que visem à segurança da comunidade, aloque recursos da maneira o mais eficiente e trate a coisa pública de modo exemplar. Ao contrário disso, julgamos a ação desse mesmo político como um ato de corrupção (FILGUEIRAS, 2009, p. 399).

Diante das considerações gerais apresentadas a respeito do termo corrupção, salientamos que a abordagem conceitual deste termo que nos interessa é a que se direciona para a dimensão política. Por isso, apresentamos, a seguir, discussões sobre o fenômeno da corrupção no campo político.

Para Filgueiras (2006a), apesar das diversas circunstâncias de corrupção observadas na política, os estudos sobre a temática, no Brasil, são recentes. Na perspectiva do autor, a ausência de uma observação precisa do que concerne à temática, dificulta a elaboração de medidas eficientes que possam apontar os prejuízos causados pelo fenômeno, bem como seus impactos sobre os recursos financeiros. De uma maneira geral, para o estudioso, “o que surge à opinião pública é a corrupção mal-sucedida, aquela que não deu certo porque o esquema de pilhagem fracassou” (FILGUEIRAS, 2006a, p.1).

Weber (2006) elenca três principais correntes que definem a abordagem da corrupção política:

1. O primeiro grupo, que conceitua o fenômeno como desvio de comportamento do agente político em detrimento do interesse público;
2. O segundo, que define a corrupção política como o distanciamento às regras legais que devem reger o comportamento do agente público;
3. E o terceiro grupo, que compreende a corrupção política como comportamentos não inscritos nos códigos legais, mas que são *permitidos* pelo senso comum do cidadão.

Na perspectiva do autor, “a corrupção política é um desvio de normas que envolvem trocas clandestinas entre o agente público e um terceiro, o corruptor” (p. 30). Ressaltamos que o autor chama a atenção para o cuidado que deve ser considerado em estudos direcionados à conceituação sobre corrupção política, tendo em vista que ações tidas corruptas para determinada sociedade podem ser naturalmente aceitas por outras.

Oliveira (2008) defende que a corrupção política significa o uso indevido do poder público e de recursos financeiros de organismos governamentais visando à transferência, de maneira ilícita, de renda pública para determinados indivíduos ou até mesmo grupo de indivíduos. Na mesma perspectiva, Formiga-Xavier (2010) trata de corrupção política como uso não legal do bem público para fins privados, reforçando a questão dos atores envolvidos no ato corrupto. Com isso, leva em consideração a atuação de dois grupos em circunstâncias corruptas:

Por um lado, os atores políticos ou agentes públicos por eles nomeados que praticam a corrupção, fazendo uso indevido de recursos públicos, e por outro os atores do setor privado que se beneficiam da corrupção e pagam aos primeiros por ela (FORMIGA-XAVIER, 2010, p. 29).

Considerando esses dois grupos e a definição apresentada sobre corrupção política, o autor salienta que a própria literatura da Ciência Política aponta que, para se configurar, de fato, um ato corrupto, há a necessidade do envolvimento do setor público, seja por meio de um político seja por meio de um funcionário público.

Pensando a respeito da questão da corrupção política no Brasil, Bignotto (2006) considera que o fenômeno é tido como um problema para a sociedade brasileira, pois é percebida como parte da vida política do país. O fenômeno da corrupção política no Brasil, segundo o autor, não deve ser pensado a partir de uma interpretação corriqueira, mas devem-se levar em consideração as relações complexas que se estabeleceram, ao longo dos anos, entre os segmentos estatais e grupos privados.

O autor salienta que, no caso brasileiro, apesar de uma considerável história constitucional, “a separação entre o público e o privado nem sempre é percebida como um fato derivado das leis fundamentais e nem refletidos” (p. 85). Dessa forma, grupos ou partidos políticos que chegam ao poder não distinguem o fato de que o aparelho constitucional traça um limite que não deve ser ultrapassado por suas ações. No entanto, atuando como grupo privado, diversos políticos se comportam como se a vitória nas eleições significasse a posse, de uma maneira geral, da totalidade dos poderes concernentes ao Estado. Para o autor,

A confusão entre a esfera do governo e os domínios do Estado conduz à crença de que a soberania popular, origem das leis em uma democracia, é apenas uma referência ideal, sem correspondência na

realidade. Por outro lado, o próprio Estado parece reproduzir seus quadros, como mostrou Faoro, criando um grupo dirigente, que não reconhece limites para suas práticas, além daquelas inerentes às disputas políticas (BIGNOTTO, 2006, p. 85).

A partir desse pressuposto, o autor afirma que, no Brasil, se a corrupção pode ser considerada, em grande medida, como o comportamento ilegal de funcionários públicos, ela é, então, um fenômeno que alcança setores amplos da sociedade brasileira e ameaça, inclusive, romper o equilíbrio constitucional. Para ele:

Atacar o problema de frente implica retomar o debate sobre as definições entre o público e o privado e pensar numa reforma da legislação que contemple o conjunto das forças políticas, e não apenas os agentes do Estado. Essa ampliação dos horizontes da análise ajuda a ver que a corrupção é um risco para os fundamentos da democracia (BIGNOTTO, 2006, p. 85).

Nessa perspectiva, Bignotto (2006) considera que, numa ação em que interesses privados se sobrepõem os interesses públicos – circunstância de corrupção – mais do que infringir a lei, atinge-se, sobretudo, a essência do Estado, a Constituição. Defende, portanto, que corrupção política diz respeito à maneira como a sociedade lida com a coisa pública.

Arantes (2010) salienta que, desde a redemocratização do país nos anos 1980, o fenômeno da corrupção tem ocupado lugar nos debates públicos, tem envolvido instituições representativas, tem sido veiculado, permanentemente, pela mídia, bem como ocupado a atenção da opinião pública em períodos eleitorais, assim como em qualquer outro momento (ARANTES, 2010). O autor conceitua corrupção política como:

apropriação direta e desvio de recursos públicos ou fraude organizada e reiterada de atividades estatais de autorização, concessão e/ou fiscalização relativas a interesses, bens e atividades econômicas, por parte de agentes públicos ou privados, mas com a necessária participação dos primeiros (ARANTES, 2010, p.1).

Corroboramos com esses estudos e compreendemos que, para este trabalho, faz-se importante a interpretação conceitual desse autor, para quem, na corrupção política,

ocorre posse ilegal de dinheiro público, que implica desvios e fraudes elaboradas tanto por agentes públicos quanto por agentes privados, questão que discutimos no subitem 2.3.

2.3 Memória e corrupção política no Brasil

O tema da corrupção aparece ao longo da história da construção política do Brasil, o que nos leva a compreender a incidência do fenômeno na formação do país e a sua recorrência contemporânea. A partir daí, permite-nos observar como a memória discursiva, tomada como um espaço heterogêneo, isto é, “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e retomadas, de conflitos de regularização” (PÊCHEUX, 1983a, p. 56), possibilita a retomada de formulações anteriores, do qual essa memória irrompe e atualiza os sentidos sobre a temática que tratamos aqui, a corrupção política. Diante disso, percebemos como nas diferentes épocas da política do Brasil, a prática da corrupção é concebida de maneira distinta, e que há uma memória nos acontecimentos atuais que envolvem o fenômeno, produzindo novos sentidos a partir do que já foi enunciado sobre corrupção.

No que tange à administração colonial do Brasil, é necessário entender que as condições de organização do estado e os juízos éticos e morais presentes no contexto contemporâneo não faziam parte das circunstâncias da colônia. Como reflexo do processo de organização do estado moderno, que se encontrava em fase de centralização, eram comuns as confusões, contradições, excesso de funções administrativas e acúmulos de cargos entre os funcionários. O rei era o dono dos cargos públicos na colônia (GARCIA, 2009), e, portanto, detinha o direito de vender, arrendar ou ceder os cargos em condição temporária ou vitalícia. Nesse sentido, o rei designava oficiais para o cumprimento de específicos trabalhos que envolveriam a justiça, a fazenda, a defesa e a religião, sem que se seguisse uma ordem burocrática. O oficial que atendia ao rei esperava compensações (GARCIA, 2009) de diversas formas, representadas por dinheiro, horas extras e privilégios.

Sobre esse assunto, Garcia (2009) afirma que a conduta mais frequente à época direcionava-se para a participação de autoridades em atividades comerciais na divisão de lucros com os cofres da realeza, legitimados pela justificativa dos baixos salários. Além

disso, para auxiliar o crescimento do patrimônio familiar, era habitual o recebimento de ganhos na qualidade de funcionários do rei. Sobre as condutas, comuns à época, afirma:

Em troca desses ganhos, guardas facilitavam a libertação de alguns criminosos, juízes amenizavam sentenças, fiscais tomavam posse de parte das mercadorias que deveriam ser tributadas, sacerdotes cobravam mais pelos serviços, militares recebiam dinheiro para “deixar para trás” determinados recrutas de guerra, num movimento contínuo e circular, como uma *roda da fortuna*, que continha apenas os *excessos* nas condutas lucrativas que transgrediam os costumes e as determinações do reino, como contrabando e fabricação de moeda falsa (GARCIA, 2009, p. 57-58).

A autora defende que essa situação começou a ser contestada em consequência do surgimento de denúncias de roubos e de violência por parte de diversos funcionários do governo. No entanto, não se falava, ainda, no termo corrupção. Segundo a autora, essas circunstâncias de denúncias foram consequência de inimizades e disputas pelo lucro.

No Brasil Império, especificamente no Primeiro Reinado, praticamente não se falava em corrupção, o que não implica afirmar sobre a inexistência de condutas ilegais no governo da época. Após a Guerra do Paraguai, já no Segundo Reinado, o Império começou a sinalizar o declínio, devido, dentre outros indícios, ao fortalecimento do processo abolicionista e à fundação do Partido Republicano. Laranja e Franco (2005) salientam que a fase de avanço experimentada durante o período do Império foi superior se comparado ao período colonial, de maneira que, também, práticas corruptas foram muito mais frequentes nessa realidade de progresso.

A partir de 1880, momentos de fragilidade do monarca e do governo permitiram que acusações voltadas para irregularidades comprometessem a imagem administrativa, principalmente, devido à participação da imprensa na divulgação de casos ilegais. Segundo Schwarcz (2012, p. 192), “se o conceito de corrupção está vinculado ao ato de ‘corromper’, e à ação de ‘subornar’, o fato é que pela primeira vez o regime seria caracterizado por esse tipo de prática”.

No período republicano, entre as décadas de 1950 e 1960, a temática da corrupção, discutida a partir do sentido de má administração de recursos públicos (GARCIA, 2009), foi amplamente trabalhada pela imprensa, intensificando-se com a crise do segundo governo de Getúlio Vargas, que era alvo de denúncias de práticas corruptas. Essas denúncias constituíram o principal ataque da oposição, de forma que, segundo a

estudiosa, “se acusava pessoalmente a Getúlio Vargas, e a seus assistentes de enriquecerem-se com verbas públicas” (p. 61).

De acordo com Motta (2006), cunhou-se, nesse período, a fim de representar a dimensão da problemática da corrupção no governo Vargas, a expressão “mar de lama”. Os líderes da União Democrática Nacional (UDN)⁸, diante das questões de práticas políticas e administrativas corruptas, opuseram-se ao governo justamente baseados nos contextos de denúncias contra o grupo getulista e o próprio presidente. Dentre as denúncias, foi conferido destaque à máquina sindical corporativista, criada por Vargas e tida pelos liberais como “antro de favorecimentos ilícitos” (MOTTA, 2006, p. 82). Segundo o autor, “o impacto eleitoral da máquina getulista servia de justificativa e consolo para as derrotas da UDN, que viu, com desgosto, nas eleições de 1955, a vitória de um candidato pertencente ao campo getulista: Juscelino Kubitschek” (p. 82).

Como presidente, de 1955 a 1960, Juscelino Kubitschek destacou-se em virtude da realização de grandes obras em seu governo, principalmente, devido à construção de Brasília. No entanto, a administração de Kubitschek também foi alvo de denúncias de corrupção que se direcionavam, inclusive, para o próprio presidente. Laranja e Franco (2005, p. 19) afirmam que a criação da nova capital do Brasil “representava o estímulo e o fortalecimento do funcionalismo público, que passou a exigir favores para compensar o sacrifício de estar longe dos centros civilizados”.

Candidato à presidência da República, em 1960, Jânio Quadros centrou sua campanha nos ataques à corrupção do governo anterior, à inflação, ao alto custo de vida e aos desperdícios com as obras em Brasília (LARANJA; FRANCO, 2005). Ao utilizar a vassoura como símbolo de campanha, o candidato propunha *varrer* a corrupção do governo. Após sete meses na presidência, Jânio renunciou, tomando posse, portanto, João Goulart.

Durante a presidência de Goulart, houve condenação à tolerância do então presidente à corrupção. Conforme ressalta Garcia (2009), a corrupção era *qualidade* intrínseca do grupo político de Goulart e prática corriqueira de sua gestão. Dessa forma, o argumento de *combate* à corrupção foi o principal viés de mobilização liberal-conservadora contra o governo Goulart que, por conseguinte, culminou no golpe de 1964.

⁸ Partido político brasileiro fundado em 7 de abril de 1945 e extinto em 27 de outubro de 1965. A causa principal dos udenistas era fazer oposição ao governo e a qualquer doutrina originária da administração Getúlio Vargas. Fonte: www.infoescola.com/historia-do-brasil/udn/.

Com a instauração da ditadura, e, conseqüentemente, a imposição da censura, o debate político sobre a corrupção foi silenciado por diversos anos. No entanto, casos de ilegalidades ainda foram veiculados pelos jornais, de maneira que o envolvimento de algumas figuras de destaque do governo militar, em circunstâncias ilícitas, provocou o descrédito das campanhas anticorrupção.

O fim da censura, após a redemocratização, possibilitou à imprensa a ampliação da cobertura política, a difusão da corrupção no estado, bem como a expansão da cobertura das campanhas eleitorais (GARCIA, 2009). A campanha para presidente da República, de Fernando Collor de Mello, em 1989, foi marcada por ampla circulação nos veículos de comunicação de massa. A questão forte e principal da campanha Collor voltava-se para a proposta de acabar com os *marajás*, já que o político

havia sido alcunhado pela própria imprensa como o *caçador de marajás* por haver combatido alguns funcionários públicos que recebiam salários desproporcionais durante o governo de alagoas, em 1986 (GARCIA, 2009, p. 63).

A campanha retomou o tema de combate à corrupção, o que, também, contribuiu para a vitória de Collor de Mello nas eleições presidenciais. Cerca de um ano após a posse como presidente, casos de corrupção começaram a ser veiculados pela mídia, envolvendo, além do próprio Collor e sua família, o seu tesoureiro de campanha Paulo César Cavalcante Farias, PC Farias. No “caso Collor”, como ficou conhecido, PC Farias, a partir de um “esquema PC”, recebia propina de empresários interessados em negócios referentes ao governo, retinha 30% do dinheiro arrecadado e repassava o restante ao presidente Collor de Mello. Garcia (2009) ressalta que as denúncias de uso privado de recursos públicos a partir desse “esquema PC”, que distribuía o dinheiro em “contas-fantasma”, levaram a abertura de uma comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que, na conclusão de relatórios, confirmaram as denúncias e a necessidade de se atender à solicitação de *impeachment*.

No governo de Itamar Franco houve vários casos de corrupção, a exemplo do esquema de corrupção conhecido como “anões do orçamento”. O esquema foi estruturado com o objetivo de facilitar a aprovação de emendas na Comissão de Orçamento do Congresso, para o desvio de dinheiro público. Nessa estrutura, estiveram envolvidos membros do poder Executivo, dentre ministros e governadores; do poder Legislativo,

com a participação de parlamentares do Senado e da Câmara dos Deputados; empreiteiras e instituições de ensino (LARANJA, 2005).

No caso dos “anões do orçamento”, os envolvidos recebiam grandes comissões para favorecerem empreiteiras e desviarem recursos para entidades de assistência social fantasmas. De acordo com Laranja (2005), a expressão “anões” foi empregada pela imprensa para evidenciar os sete principais parlamentares envolvidos no caso de corrupção.

Durante a administração Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1994 a 2002, vários casos de corrupção vieram à tona, dentre os quais: o “caso dos precatórios”, em 1997; o “caso do dossiê Cayman”, em 1998; o “caso de desvios de verbas do Tribunal Regional do Trabalho (TRT)” de São Paulo, em 1999; e o “caso Garotinho e a turma do Chuvisco”, em 2000.

O termo “precatórios” refere-se a dívidas do poder público que, uma vez calculadas pela Justiça, não podem mais sofrer recursos ou contestação. No “caso dos precatórios”⁹, Estados e municípios foram autorizados a emitir títulos financeiros para quitar os débitos judiciais acumulados. No entanto, a questão do processo de emissão desses títulos foi marcada por falcatruas, em que o valor total desses débitos sofreu acréscimos indevidos e exagerados. Grande parte dos recursos desviados foi utilizada em financiamento de campanhas e pagamentos a empreiteiras.

O “caso do dossiê Cayman”, conjunto de documentos falsos que ligava FHC, o ex-governador de São Paulo, Mário Covas, e os ex-ministros José Serra e Sérgio Motta a uma empresa denominada “CH, J e TInc”, veio a público, em 1998, considerada uma das maiores fraudes políticas do Brasil. A referida empresa teria 368 milhões de dólares em uma conta no Caribe e o saldo, portanto, “indicava” enriquecimento ilícito durante a administração pública.

A construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo tornou-se o ponto de partida para o desvio de 230 milhões de reais dos cofres públicos, sendo que apenas 70 milhões de reais foram, precisamente, destinados ao projeto. No “caso de desvios de verbas do TRT – SP”, o dinheiro foi desviado pelo esquema

⁹ Para a descrição dos casos de corrupção, a partir do “caso dos precatórios” até o “caso Cachoeira”, utilizamos as informações presentes no arquivo “Rede de Escândalos”, da revista de informação *Veja*, disponível em www.veja.abril.com.br.

comandado pelo juiz Nicolau dos Santos Neto, o Lalau, juntamente com o senador, à época, Luiz Estevão, do Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB).

O “caso da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)”, que veio à tona em 2000, envolveu fraudes em projetos apresentados à Sudam e que resultaram em desvios de 100 milhões de reais dos cofres públicos. Através de investigações da Polícia Federal, foi possível descobrir ligações do esquema com autoridades em Brasília, inclusive, com o então senador Jader Barbalho, que se envolveu, diretamente, com um dos maiores fraudadores da Sudam, Osmar Borges.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, o primeiro caso de corrupção que veio à tona foi o “caso Waldomiro Diniz”. Acusado por corrupção e fraude em licitação, quando atuava como presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj), Waldomiro Diniz havia pedido dinheiro ao empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, tanto para ele próprio quanto para financiar campanha eleitoral de políticos. O pedido não havia sido um caso isolado, o “esquema de Waldomiro” também foi denunciado por participação na renovação de um contrato entre a Caixa Econômica Federal e a empresa GTech, do ramo de loterias, do qual Waldomiro recebeu propina.

Ainda no governo Lula, o “caso de corrupção nos Correios”, em 2005, marcou uma sucessão de denúncias contra práticas corruptas na política brasileira. O então diretor dos Correios, Maurício Marinho, foi flagrado recebendo 3 mil reais de propina com o objetivo de direcionar o resultado de uma licitação na estatal. Diante disso, Marinho afirmou agir em nome do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), uma vez que Roberto Jefferson, então presidente do partido, detinha o controle de cargos na administração federal, em estatais e em autarquias, em troca do apoio oferecido pelo PTB à administração Lula. Os responsáveis pela ocupação dos cargos eram obrigados a desviar verbas, mensalmente, e repassar a Jefferson. Posteriormente, o caso foi “esclarecido” pelo próprio deputado federal que detalhou que o “esquema do mensalão” pagava 30 mil reais mensais a qualquer deputado disposto a votar a favor de projetos de interesse do governo.

A partir de então, o caso foi alcunhado por “mensalão”. Logo, o dinheiro utilizado para pagar os políticos envolvidos era recurso público desviado por um esquema elaborado por Delúbio Soares, ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT), e pelo publicitário e lobista Marcos Valério, sob o comando do então ministro da Casa Civil, José Dirceu. No fim de 2005, três CPIs foram instaladas, três presidentes de partido deixaram seus cargos, diretorias de estatais sofreram mudanças e a conta da corrupção

ultrapassava 1 bilhão de reais. Após sete anos, em agosto de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu início ao julgamento dos 37 envolvidos no esquema. Destes, doze (12) foram absolvidos e vinte e cinco (25) foram condenados. As penas foram definidas no final de novembro de 2012 e treze (13) dos vinte e cinco (25) réus da ação penal tiveram penas acima de 8 anos e cumprirão na prisão em regime fechado.

No governo Dilma Rousseff, que teve início em 2011, sete Ministérios foram acusados por envolvimento em casos de corrupção, do qual mostraremos cinco casos. Em julho de 2011, um esquema de corrupção elaborado no Ministério dos Transportes, sob o comando do Partido da República (PR), cobrava 4% de propina de empreiteiras interessadas em negociações diretas com o governo. O esquema envolveu o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa vinculada ao próprio Ministério. De acordo com a Controladoria Geral da União (CGU), 682 milhões de reais foram desviados, sendo grande parte do dinheiro direcionada para o caixa do PR, sob a direção do então ministro Alfredo Nascimento e do deputado Valdemar Costa Neto. Devido à revelação do caso, foram destituídos dos cargos: o ministro Alfredo Nascimento; seu chefe de gabinete, Mauro Barbosa; os chefes do Dnit, Luiz Antonio Pagot, e da Valec, José Francisco das Neves; e mais de 20 funcionários do ministério.

Denúncias de Oscar Jucá, irmão do senador Romero Jucá, do PMDB, revelaram que esquemas de fraude na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) desviavam dinheiro a partir de negócios superfaturados. O esquema teve início quando o então Ministro da Agricultura, Wagner Rossi, comandava a Conab, entre 2007 e 2010. Segundo investigação da Polícia Federal (PF), o Ministério da Agricultura abrigava uma "organização criminosa" que objetivava desviar dinheiro do contribuinte. A partir dos resultados da investigação da PF, nove pessoas foram indiciadas, entre elas o ex-ministro Wagner Rossi, seu chefe de gabinete, Milton Ortolan, e o lobista Júlio Fróes, acusados de crimes de peculato, formação de quadrilha e fraude em licitação.

No Ministério do Turismo, outro esquema de desvios de verbas foi revelado. A Operação Voucher, da Polícia Federal, investigou, inicialmente, uma emenda parlamentar de 4 milhões de reais apresentada pela deputada Fátima Pelaes, em que se descobriu que a beneficiária da emenda era uma Organização não governamental (Ong) fantasma. De acordo com as investigações da PF, a mesma estratégia pode ter sido usada para desviar mais de 30 milhões de reais dos cofres públicos.

No Ministério das Cidades, práticas corruptas envolveram diretamente o ministro Mário Negromonte, do Partido Progressista (PP). O ministro foi acusado de oferecer 30 mil reais de mesada a deputados em troca de apoio, foi flagrado usando verbas do ministério para promoção pessoal e eleitoral, e denunciado por ter participado de reunião com lobistas de uma empresa que, posteriormente, assumiria contratos no Ministério. O ministro Negromonte deixou o cargo em fevereiro de 2012.

Em outubro de 2011, foi revelado um esquema organizado no Ministério do Esporte, que desviava dinheiro público usando “ONGs amigas”. O então ministro Orlando Silva foi apontado como mentor e beneficiário do esquema. O policial militar João Dias Ferreira afirmou que as ONGs só recebiam os recursos mediante o pagamento de uma taxa previamente negociada que podia chegar a 20% do valor dos convênios. Calcula-se que o esquema tenha desviado mais de 40 milhões de reais em oito anos.

Em fevereiro de 2012, a operação Monte Carlo, da Polícia Federal, revelou ligações entre políticos e o empresário Carlos Cachoeira, acusado de comandar uma quadrilha de jogo ilegal em Goiás. O “caso Cachoeira” revelou, através de uma série de gravações, que o senador Demóstenes Torres usava sua influência e credibilidade para defender os negócios do empresário, em troca de presentes. Parlamentares, governadores e empresários também estiveram envolvidos em negócios ilegais com Cachoeira. As revelações levaram à abertura de diversos inquéritos e à criação de uma CPI no Congresso.

Dos escândalos de esquemas de corrupção política que ocorreram no Brasil, o que nos interessa, neste trabalho, está relacionado ao “caso Collor”, especificamente, no tocante ao esquema de corrupção elaborado e comandado por Paulo César Farias. Dessa forma, é na perspectiva do conceito de corrupção política discutida por Arantes (2010), pela qual desvios de recursos financeiros pertencentes ao segmento público são usados em prol de interesses particulares, que consideramos o “caso PC”¹⁰ como esquema de corrupção política.

¹⁰ “Esquema PC”.

2.4 Espetáculo e espetacularização midiática de casos de corrupção política no Brasil

Considerado o primeiro estudioso a refletir sobre o conceito de espetáculo, Debord (1967) compreende o fenômeno como parte da sociedade, como a própria sociedade e como seu instrumento de unificação. Para o autor, espetáculo, mercadoria e capitalismo estão estritamente relacionados, logo, a sociedade do espetáculo se realiza dentro de uma dinâmica capitalista.

Nessa perspectiva, o espetáculo é uma tendência a fazer ver o mundo que já não se toca diretamente, não é simplesmente um conjunto de imagens, mas uma relação entre indivíduos, mediada por imagens. Enquanto mediação da realidade, o espetáculo é uma maneira de se interpretar a realidade.

Para Weber, Pereira e Coelho (2004), o espetáculo pressupõe um fato dado a ver com alto grau de relevância e com uma considerável permanência. Esse fenômeno social “é uma gramática de interpretação e uma lógica do fazer acreditar, de visibilidade máxima” (p. 12). Enquanto encenação e dramatização, o espetáculo, conforme os autores,

se constitui espelho da sociedade, torna-se reflexo de um mundo onde relações sociais e as formas de interação simbólica foram profundamente afetadas pelo desenvolvimento tecnológico e institucional da comunicação de massa (WEBER; PEREIRA; COELHO, 2004, p. 13).

Dessa maneira, os pesquisadores consideram que, mesmo que a forma privilegiada de aparição do espetáculo seja a midiática, o fenômeno pode acontecer, ser mobilizado, sustentado e construído por outros campos sociais, sejam o político, o religioso, o econômico, que, para os estudiosos, mantém o espetáculo, independente dos meios de comunicação de massa.

Rubim (2002) parte da premissa de que o espetáculo, ao fazer parte da sociedade, é similar às encenações, aos ritos, rituais, imaginários, representações, papeis, máscaras sociais. O espetáculo deve ser compreendido como um momento inerente à vida societária, presente, dentre outras práticas sociais, na política. O fenômeno antecede ao surgimento da mídia, tendo em vista a sua produção relacionada quase sempre à política ou à religião. Atualmente, como salienta Rubim (2002), o espetáculo encontra-se, significativamente, associado aos campos cultural e midiático. Dessa forma, o fenômeno não aparece como estranho à política, pois, para a política “entendida como acionamento

sempre combinado e desigual de dimensões emocionais, cognitivas e valorativas, estéticas e argumentativas” (RUBIM, 2002, p. 6), o espetáculo surge como possibilidade de sua realização. A política não se realiza sem o recurso às encenações, aos papéis sociais, aos ritos e rituais, uma vez que, para o estudioso,

o espetáculo remete também à esfera do sensacional, do surpreendente, do excepcional, do extraordinário. Daquilo que se contrapõe e supera o ordinário, o dia-a-dia, o naturalizado. A instalação no âmbito do extraordinário potencializa a atenção e o caráter público do ato ou evento espetacular (RUBIM, 2002, p. 8).

Com isso, romper com a vida ordinária, conforme o pesquisador, é condição de existência do espetáculo, de forma que essa ruptura se dá com o acionamento de alguns expedientes, que podem envolver os apelos, a produção do grandioso e o caráter público, que, como característica obrigatória do espetáculo, suscita impacto e repercussões societárias.

Por conseguinte, diante da noção de espetáculo, Rubim (2002) pensa o termo derivado, espetacularização, em que ele define como um processo que, acionado por alguns dispositivos e recursos, produz o espetáculo. Esses dispositivos e recursos, que fazem parte do processo de espetacularização, tem a ver com estratégias e técnicas que possibilitam a construção do espetáculo, isto é, esse processo é guiado por todos aqueles parâmetros que definem o próprio fenômeno: o sensacional, surpreendente, extraordinário, etc.

Assim, uma vez que a espetacularização nomeia o processamento, enquadramento e reconfiguração de um determinado evento, o autor salienta para a diferença entre espetacularização e midiaticização, considerando que este último procedimento designa somente a veiculação de algo pelos meios de comunicação de massa. Com isso, grande parcela da atividade política se realiza na mídia, seja na televisão, no rádio, na internet, seja em outros ambientes midiáticos. No entanto, a midiaticização da política não implica, obrigatoriamente, em sua espetacularização, uma vez que “atividades cotidianas dos poderes executivos e legislativos, sejam nacionais, internacionais, estaduais ou locais, bem como os programas de entrevistas, tendem a não espetacularizar a política” (RUBIM, 2002, p. 18).

Nesse sentido, nem sempre a mídia utiliza do espetacular em suas veiculações. Para o autor, já as coberturas sobre acontecimentos políticos que fogem do cotidiano e do ordinário, como manifestações, atos públicos, campanhas de propaganda, assim como casos de corrupção, tendem a recorrer a expedientes de espetacularização. Dessa maneira, observamos que o esquema de corrupção política PC Farias não foi somente midiaticizado em *Veja*, mas espetacularizado, o que permitiu o funcionamento de um espetáculo que mostramos no Capítulo 3.

3 MEMÓRIA E FUNCIONAMENTO DO ESPETÁCULO EM TORNO DO ESQUEMA DE CORRUPÇÃO POLÍTICA PC FARIAS

3.1 Considerações iniciais

O esquema de corrupção política comandado por PC Farias é discutido em trabalhos que tratam, de uma maneira geral, sobre denúncias de corrupção durante a administração presidencial de Fernando Collor de Mello. Dessa forma, o “esquema PC” é apontado como um dos casos de corrupção política que ocorreram no governo Collor. Neste trabalho, como já dissemos, interessa-nos a discursivização e espetacularização de *Veja* no que concerne à rede de corrupção envolvendo Paulo César Farias e como a ativação da memória atualiza os sentidos sobre a corrupção política.

Nessa perspectiva, corroboramos com Figueiredo (2000) ao dizer que o ex-tesoureiro da campanha presidencial de Collor elaborou um amplo e bem estruturado esquema ilegal de apropriação de recursos públicos, por meio de uma rede de influência inserida em importantes funções e cargos do governo, da qual faziam parte funcionários, empresários, industriais, comerciantes e particulares.

Filgueiras (2006b, p. 9) salienta que “os esquemas de corrupção dependem do modo como a organização institucional permite o uso de recursos públicos para a satisfação de interesses privados”. Dessa maneira, a rede ilegal comandada por PC, a princípio, pedia “doações” a empresários utilizando-se do argumento de que se fazia necessário eleger Fernando Collor de Mello como presidente do Brasil. O segundo argumento, após a vitória de Collor, voltava-se para a questão de que era importante, também, formar uma forte bancada federal em apoio às mudanças que viriam com o governo – privatização, modernização do Estado, reformas, abertura do mercado, etc. Conforme Figueiredo (2000), em determinadas situações, os empresários eram simplesmente obrigados a oferecerem dinheiro, uma vez que corriam o risco de enfrentar, posteriormente, dificuldades em acordos com o governo.

Diversas pesquisas relacionam o financiamento eleitoral à corrupção, uma vez que, no cerne da corrupção política, estaria a necessidade do político de se eleger e reeleger por meio da dependência de financiadores privados. Weber (2006), fundamentando-se nos estudos de Fleisher (1997), salienta que há, de fato, uma forte correlação entre financiamento irregular de campanhas e corrupção política, tendo em vista que os agentes públicos não investem em suas próprias campanhas e os

financiadores preferem ceder os pagamentos, temerosos de serem excluídos do mercado – a exemplo dos empresários abordados pelo “esquema PC”, que temiam enfrentar empecilhos com acordos do governo.

Além da estrutura ilegal em que consistiu o financiamento da campanha eleitoral de Collor – somente uma parte do dinheiro arrecadado foi utilizada em campanhas – o “esquema PC” utilizou-se de recursos públicos para fins privados, o que nos leva a compreender o esquema elaborado e desenvolvido por Paulo César Farias como corrupção política.

Tendo em vista que esquemas de corrupção política dependem do modo como a própria organização institucional permite a utilização de recursos de órgãos públicos para fins privados, foi por meio de acessos diretos de PC às receitas do governo, que o esquema adquiriu proporção. Dentre outras práticas corruptas, houve desvios de verbas enviadas para o exterior para amigos e circuladas na família e na casa do então presidente - tornando-se alvo de denúncias que levaram à abertura de uma CPI e ao *impeachment* de Collor.

Nessa perspectiva, ressaltamos que a aparição de PC Farias, não somente em *Veja*, mas na mídia como um todo, deu-se, sobretudo, devido a sua vinculação com o ex-presidente Fernando Collor de Mello. PC já teria atuado como tesoureiro de campanha eleitoral em circunstância anterior. A sua visibilidade, no entanto, deu-se no momento do governo Collor. A partir daí, faz-se necessário, a princípio, ressaltar a discursivização, em *Veja*, sobre o surgimento de Collor, eleito presidente em dezembro de 1989, o primeiro presidente eleito em conformidade com a Constituição democrática de 1988, como mostramos a seguir.

3.2 O caçador de “marajás”

Com a vitória nas eleições para presidente do Brasil, a popularidade de Fernando Collor estendeu-se por todo o país, por ser considerado um político preocupado com a moralidade do funcionalismo público e dos recursos públicos. No entanto, com o tempo, a administração Collor de Mello foi perdendo prestígio popular devido às acusações de corrupção em seu governo, que, dentre outras questões, direcionavam-se para a associação do então presidente ao esquema de corrupção política comandada por Paulo César Farias.

Em Casarões e Sallum Jr. (2011), Skidmore (2000) assinala que, bem articulado para o marketing político e investido de um bom trabalho político-eleitoral, Collor de Mello construiu uma imagem que “tocou em pontos sensíveis das expectativas das massas populares incultas e das elites empresariais” (p. 167), principalmente devido às circunstâncias de crise econômica e política presentes no Brasil do final dos anos 1980.

O político Fernando Collor candidatou-se ao governo de Alagoas e foi eleito sob a promessa de combater os altos salários dos funcionários públicos alagoanos. Como governador e mantendo o discurso de que eliminaria os altos salários dos servidores públicos, tidos como “marajás”, Fernando Collor de Mello começou a ganhar visibilidade na imprensa nacional, indicando, assim, a possibilidade de candidatura ao governo do Brasil. Além de político, Collor projetou-se, segundo Skidmore (2000 apud CASARÕES; SALLUM JR., 2011), como combatente dos “marajás”, como líder messiânico, defensor da moralidade, religioso, combatente da corrupção e das elites que exploravam o povo.

Na edição 988, de 12 de agosto de 1987, a capa de *Veja* (ver fig. 1, a seguir), que aparece com um fundo de cor escura, mostra a imagem de um homem vestido com terno e gravata, usando um turbante, com dinheiro à mostra no bolso do terno, e segurando uma pequena maquete com casa, carro e notas de dinheiro em sua base, indicando bens materiais. Apresenta a formulação linguística: “Funcionalismo público - A praga dos Marajás”. Na matéria intitulada “Ilha da Felicidade”, da referida edição, os “marajás” são denominados de “elite de vadios”, e Fernando Collor de Mello é apresentado como um dos primeiros políticos a pronunciar-se contra a atuação deste grupo.

Figura 1. Veja, edição 988, 12 de agosto de 1987



Ressaltamos que a expressão “marajás”, na Antiguidade, designava-se a príncipes muitos ricos da Índia. No contexto brasileiro da matéria, o sentido do termo desliza-se discursivamente e passa a designar servidores públicos que trabalhavam pouco e ganhavam muito, tornando-se popular, conforme Romão, Souza e Yado (2010), após o posicionamento de Collor de Mello contra diversos funcionários públicos alagoanos que recebiam salários altos sem trabalhar.

Nessa perspectiva, Collor de Mello é discursivizado, em *Veja*, como o “Caçador de Marajás”, na edição 1020 de 23 março de 1988 (ver fig. 2). Na imagem da capa, Collor aparece de terno preto, camisa branca, gravata azul, com sorriso discreto, na frente da tela "Avançar", pintada em Paris, no ano de 1894, pelo artista alagoano Rosalvo Ribeiro. A tela mostra um soldado a cavalo, em posição de ataque, com a espada em riste e gritando, representando o alagoano Marechal Deodoro da Fonseca, durante a Proclamação da República no Brasil, em 1889. Além de a foto ser bem enquadrada e de Collor aparecer à frente da referida tela, a capa no seu todo apresenta-se como uma materialidade significativa, atravessada por uma memória e uma atualidade nacional de transição de um regime ditatorial à democracia, do processo de redemocratização do Brasil marcado por

denúncias de corrupção e malversação dos recursos públicos, em todas as esferas de poder, mas principalmente no governo Federal. Em meio a essa crise, pois, o caçador de marajás surge como o “Salvador da pátria”, tomando a frente nas denúncias de corrupção.

Figura 2. Veja, edição 1020, 23 de março de 1988



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Por conseguinte, na matéria intitulada “A guerra ao turbante”, relacionada à capa dessa edição, discursiviza-se sobre a problemática do funcionalismo público brasileiro, apontando Collor como o político competente no papel de caçador. Tanto a capa dessa edição quanto a matéria em questão espetacularizam e discursivizam sobre a possível candidatura de Fernando Collor de Mello à presidência da República. Dá-se, pois, início a construção de uma imagem positiva que declara que, como Marechal Deodoro da Fonseca, Collor seria presidente do Brasil. Criou-se, portanto, um efeito de memória, indicando um problema relacionado ao funcionalismo público brasileiro: os “marajás”; e alguém capaz de resolver ou acabar com o problema. Na discursivização da revista, esse alguém é o homem que “conquistou reputação de político preocupado com a moralidade” (*Veja*, Edição 1020, 23 de março de 1988, p. 39), marcando, assim, o momento de uma possível candidatura e o efeito de memória de uma vitória, tomado pela mídia em geral,

e por *Veja* em particular, que passou a investir no personagem, pontuando sua jovialidade e sua suposta virilidade, coragem, seriedade e preocupação com a moralidade do país, como pode ser observado em outras edições da revista.

Figura 3. *Veja*, edição 1110, 24 de dezembro de 1989



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Na capa da edição de 24 de dezembro de 1989, apresentada na figura 3 acima, Collor aparece alegre, com os braços erguidos, formando um V de vitória, com os punhos cerrados. Entre os braços, é apresentada a formulação "Collor: vitória num país dividido", indicando o clima de desconfiança em que se encontrava o país. E, apesar de a revista, em certa medida, ter contribuído para a construção do mito Collor, nessa edição, dedicou uma matéria, intitulada "O dia do caçador", com dez páginas, por meio da qual discursivizou sobre a trajetória política do candidato eleito, indicando, dessa vez, que ele é briguento, mal-humorado, carismático, religioso, supersticioso, vaidoso e muito desconfiado.

3.3 O amigo “íntimo”, “sujo” e tesoureiro do presidente

As ações de Paulo César Farias, ligadas ou não ao governo Fernando Collor de Mello, são tratadas em *Veja*, pela primeira vez, na edição 1153, de 24 de outubro de 1990, após a vitória de Collor nas eleições para presidente do Brasil. Na matéria “Bolero de jaquetão”, que discursiviza, dentre outros assuntos, sobre as denúncias de Luís Otávio Motta Veiga, presidente da Petrobrás à época, observamos que tais denúncias tratavam sobre pressões advindas do governo Collor, pressões estas que requeriam empréstimos para a privatização da Vasp. Entre os denunciados, destaca-se PC Farias. Na capa dessa edição (ver fig. 4), em que Motta Veiga aparece apoiado a mão, PC Farias é mostrado numa foto pequena no canto esquerdo. Abaixo da foto, aparece a seguinte legenda: “operação danosa”.

Figura 4. *Veja*, edição 1153, 24 de outubro de 1990



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Na matéria que trata da questão indicada na capa, PC Farias é discursivizado como amigo íntimo de Collor que atuou como caixa para a campanha eleitoral do ex-presidente:

- (1) [...] “PC” vem a ser o apelido de Paulo César Farias, um próspero homem de negócios de 44 anos que teria cinco empresas (duas de táxi-aéreo, uma de reflorestamento, uma de revenda de tratores e uma com 8000 pés de coco). Culto, ele fala inglês, francês e latim, não dispensa um bom uísque Logan (marca preferida de Collor), mas veste camisas folgadas e balança exuberantes correntes de ouro no peito. PC vive no circuito Alagoas, Brasília, Rio e São Paulo. Conforme os seus conhecidos, tem uma casa em Maceió, um flat no Rio, outro em São Paulo e uma residência nas proximidades da casa da Dinda. Dois políticos seus amigos, que estiveram na sua bem guardada mansão alagoana, contam que há nela, entre outros requintes, um elevador para carros e uma pista de dança com lugar com orquestra. Mais detalhes, é certo, de um personagem que poderia estar desaparecido na longa estrada do Brasil, não fosse pelo fato de que **PC é amigo íntimo do presidente da República. Foi ele quem serviu de caixa para a campanha de Collor.** É PC quem costuma frequentar a casa da Dinda às 7 e meia das manhãs de segunda-feira. E foi em direção de PC que Motta Veiga soprou a plenos pulmões sua tuba de denúncias quando se demitiu da Petrobrás (*Veja*, Edição 1153, 24 de outubro de 1990, p. 35) (Grifo nosso).

Compreendendo, assim como Rubim (2002, p. 6), “que a política não se realiza sem o recurso às encenações”, observamos que a encenação de descrições daquilo que diz respeito à PC, mostra que, mediante o seu vínculo com Collor, o então presidente da República, PC não deveria estar envolvido com denúncias referentes a negócios irregulares. As formulações “*amigo íntimo do presidente da República*” e “*caixa de campanha de Fernando Collor*”, ao remeterem à imagem do então presidente Collor, nos permite observar um efeito-sentido negativo e comprometedor para a imagem de Collor e seu governo, principalmente quando, no decorrer da matéria, outros envolvimento ilegais de PC Farias foram ressaltados, de maneira que o ex-tesoureiro é referido como “Cascão, o amigo sujo do presidente”:

- (2) A estridente acusação de Motta Veiga não foi a única recebida por PC nos antepenúltimos, penúltimos e nos últimos tempos. Antepenúltimos: o Banco Central abriu oito processos administrativos contra ele, todos por ter cobrado duplicatas por compras desfeitas por sua empresa, a Tratorial, que

comercializava máquinas, tratores e equipamentos. Os processos foram parar na Procuradoria Geral da Justiça de Alagoas, de lá para uma Vara, e, por fim, arquivados por falta de provas. Penúltimos tempos: no eixo Rio-São Paulo há um coro de empresários trocando histórias cabeludas a respeito dos métodos de PC para arrecadar fundos durante e depois da campanha presidencial de Collor. Entre esses empresários, PC tem um apelido originado nas histórias em quadrinhos da Mônica – **Cascão, o amigo sujo do presidente** – e repete-se com insistência que seu irmão Luis Romero é secretário executivo do Ministério da Saúde (*Veja*, Edição 1153, 24 de outubro de 1990, p. 37) (Grifo nosso).

Na espetacularização dessa sequência de irregularidades envolvendo PC, a formulação “Cascão, o amigo sujo do presidente” rememora dizeres e sentidos sobre o “Cascão”, personagem de quadrinhos, que, por não gostar de tomar banho, era tido como sujo. A associação de PC ao personagem mobiliza uma memória em que há “sujeira da corrupção”, que tem a ver com ações irregulares, ilegais, indevidas e “sujas”, por não serem permitidas.

Uma das primeiras edições de *Veja* que discursiviza e espetaculariza, em sua capa (ver fig. 5), sobre a temática da corrupção é a de número 1200, de 18 de setembro de 1991. O nome “Corrupção” é apresentado em letras maiúsculas de cor amarela, associando ao ouro, sobrepostas a um aperto de mãos, que remete a acordo, “negócio fechado”, e acima de uma imagem de uma pasta aberta com dinheiro. Abaixo do nome “Corrupção”, é apresentada a formulação “A roubalheira atrapalha o entendimento”, em letras brancas. No canto superior esquerdo, a imagem de PC Farias é mostrada juntamente com o texto: “PC Farias fala: ‘Querem me pegar para Cristo’”, formulação presente, também, na matéria intitulada “Dinheiro e Lama”, dessa edição:

Figura 5. Veja, edição 1200, 18 de setembro de 1991



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Na matéria intitulada “Dinheiro e Lama”, discursiviza-se sobre as consequências negativas da corrupção e como o fenômeno fazia parte do governo Collor, comprovado a partir das denúncias de corrupção contra Rosane Collor, esposa do presidente à época, no momento de sua atuação como presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), e contra PC Farias, retomado, na matéria, como amigo e tesoureiro da campanha presidencial de Fernando Collor.

Dessa forma, na espetacularização, em *Veja*, da corrupção política na administração do então presidente, no que tange ao caso PC Farias, percebemos que na formulação “Querem me pegar para Cristo”, atribuída ao ex-tesoureiro, funciona uma memória da crucificação “injusta” e sem causa de Jesus Cristo, conforme relatada nos primeiros livros do Novo Testamento Bíblico. A formulação, no sentido de Orlandi (2010), determina-se pela relação que se estabelece com a memória discursiva, de maneira que o dito popular proferido por PC produz efeitos-sentido de vítima e injustiça,

que, num jogo metafórico (PÊCHEUX, 1983b), possibilita-nos perceber o efeito dessa memória.

A edição de *Veja* de número 1234, de 13 de maio de 1992, apresenta em sua capa (ver fig. 6) no canto superior esquerdo, com fundo amarelo, a formulação linguística, em cor preta: “Exclusivo – Os tentáculos de PC Farias no exterior – O dossiê de Pedro Collor”:

Figura 6. *Veja*, edição 1234, 13 de maio de 1992



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A referida formulação está relacionada à matéria “Tentáculos de PC”, presente nessa edição, que discursiviza sobre o dossiê elaborado por Pedro Collor, irmão do então presidente Collor, apresentando documentos e depoimentos sobre os negócios de PC, à época, na Flórida, nos paraísos fiscais do Caribe, na França e Suíça. A discursivização sobre o esquema de negócios de PC Farias no exterior indica associações do ex-tesoureiro ao governo Collor de Mello, bem como irregularidades na administração do então presidente, como pode ser observado nas formulações a seguir:

- (3) **“Liberar a última parcela das escolas técnicas (1.200)”**. PC pedia à ministra que repassasse 1,2 bilhão de cruzeiros [...] para o Ministério da Educação. Era a última parcela de um total de 300 milhões de dólares para a construção de escolas técnicas (*Veja*, edição 1234, 13 de maio de 1992, p. 19) (Grifo de *Veja*).
- (4) **“Depósito dos juros nas mesmas instituições”**. Alguns bancos brasileiros no exterior tinham em seus cofres cerca de 350 milhões de dólares das reservas internacionais brasileiras rendendo juros. PC queria que eles não repassassem imediatamente ao Banco Central o pagamento dos juros. O pleito não foi atendido (*Veja*, edição 1234, 13 de maio de 1992, p. 19) (Grifo de *Veja*).
- (5) **Resolução 684 – BNDS – Modiano – Mercedes Benz**. Uma resolução da BNDS, a 684, só permitia às prefeituras tomarem financiamento público para comprar ônibus de montadoras brasileiras. PC pedia para que a Mercedes Benz também pudesse vender com financiamento. A autorização foi dada na gestão Marcílio Marques Moreira (*Veja*, edição 1234, 13 de maio de 1992, p. 19) (Grifo de *Veja*).
- (6) **“Equador”**. PC queria que o governo liberasse financiamento de 82,5 milhões de dólares para a construtora Norberto Odebrecht tocar uma obra no Equador (*Veja*, edição 1234, 13 de maio de 1992, p. 19) (Grifo de *Veja*).
- (7) **“.../Álcool”**. Ele pedia o refinanciamento em até dez anos da dívida de 600 milhões de dólares de usinas de açúcar e álcool com o governo. A dívida foi rolada na gestão de Marcílio (*Veja*, edição 1234, 13 de maio de 1992, p. 19) (Grifo de *Veja*).
- (8) **“Bancos -?”**. Tratava de um lembrete sobre o item 2 do bilhete anterior. Não levou novamente (*Veja*, edição 1234, 13 de maio de 1992, p. 19) (Grifo de *Veja*).
- (9) **“2,5 bi – Ceme”**. O empresário pedia repasse de 2,5 bilhões de cruzeiros na época, equivalente a 22 milhões de dólares, do Ministério da Economia para a Central de Medicamentos do Ministério da Saúde, de onde seu irmão Luiz Romero Farias era secretário executivo (*Veja*, edição 1234, 13 de maio de 1992, p. 19) (Grifo de *Veja*).
- (10) **“Escolas técnicas”**. Mais um lembrete sobre a liberação do dinheiro das escolas técnicas. Zélia liberou o dinheiro (*Veja*, edição 1234, 13 de maio de 1992, p. 19) (Grifo de *Veja*).

No sentido de Weber (2007), os escândalos são momentos facilitadores para a manifestação de espetáculos, e se forem constantemente trabalhados a partir da visibilidade, são acarretados por outros níveis, isto é, quanto maior a visibilidade maior o

escândalo. Com isso, na espetacularização em torno do escândalo envolvendo ações corruptas de PC, tanto relacionadas a negócios particulares quanto a negócios associados ao governo Collor de Mello, percebemos que a partir de um título sugestivo, “Tentáculos de PC”, a discursivização da matéria aponta, conforme observado nas formulações de 3 a 10, para o acesso do ex-tesoureiro a setores do governo e como negócios escusos eram tratados diretamente com ministros da gestão Collor de Mello, a exemplo de Zélia Cardoso de Mello, ministra da Economia.

O termo tentáculos remete à flexibilidade e locomoção, características típicas do corpo de animais aquáticos que possuem o órgão. Assim, como amigo de Collor e caixa de sua campanha eleitoral, PC Farias se locomovia e tinha acessos diretos às receitas do governo, o que flexibilizou a elaboração de uma rede de práticas corruptas, que, como tentáculos, atingia cargos e funcionários do governo Collor de Mello. Tem-se funcionando, portanto, uma memória discursiva sobre a corrupção, em que a materialidade significativa “Tentáculos de PC” remete à atuação em rede de Paulo César Farias e aponta para novas denúncias de corrupção, como observamos em matéria que faz parte da edição, cuja capa, apresentamos na figura 7, a seguir:

Figura 7. Veja, edição 1235, 20 de maio de 1992



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A figura 7 da capa da edição 1235, 20 de maio de 1992 mostra a imagem de PC sério e com olhar lateral. Na parte inferior, a formulação linguística “O imposto de renda de PC Farias de 1987 a 1991 – o choque entre a riqueza aparente e os ganhos declarados” aparece destacada pela cor amarela. No canto superior esquerdo, tem-se a foto de Pedro Collor de Mello seguida do enunciado “As novas denúncias de Pedro Collor”. Na matéria “Raio X na renda”, dessa edição, novas denúncias de corrupção contra PC Farias são apresentadas pelo irmão do então presidente Collor, como indicadas pelas formulações que se seguem:

- (11) **PC embolsou 15 milhões dos 100 milhões de dólares que arrecadou na campanha para a eleição de Collor** (*Veja*, edição 1235, 20 de maio de 1992, p. 18) (Grifo nosso).
- (12) Como prêmio por ter conseguido que o Instituto Brasileiro de Formulários ganhasse a concorrência para a impressão dos cartões da raspadinha federal, PC estaria recebendo 3,3 bilhões de cruzeiros por mês da empresa desde o final de 1990 (*Veja*, edição 1235, 20 de maio de 1992, p. 18).
- (13) Por ter resolvido o problema da dívida dos usineiros alagoanos com o Midland Bank, da Inglaterra, PC também estaria ganhando 1 milhão de dólares por mês (*Veja*, edição 1235, 20 de maio de 1992, p. 18).
- (14) **O deputado Cleto Falcão levava a mala, mas quem colocou os dólares que corromperam os deputados da Assembleia Legislativa de Alagoas, para aprovar as contas do governador Fernando Collor em 1989, foi Paulo César Farias** (*Veja*, edição 1235, 20 de maio de 1992, p. 18) (Grifo nosso).
- (15) **Depois da eleição de Collor, quando o presidente eleito estava nas Ilhas Seychelles, PC começou a extorquir empresários, argumentando que ainda havia dívidas de campanha** (*Veja*, edição 1235, 20 de maio de 1992, p. 18) (Grifo nosso).
- (16) PC teve um papel fundamental na fraude que levou Geraldo Bulhões a vencer as eleições para governador de Alagoas, em 1990, derrotando Renan Calheiros (*Veja*, edição 1235, 20 de maio de 1992, p. 18).
- (17) **PC Farias presenteou Zélia Cardoso de Mello com um colar de pérolas e vestidos finos para fazer com que ela atendesse seus pleitos no Ministério da Educação** (*Veja*, edição 1235, 20 de maio de 1992, p. 18) (Grifo nosso).

As materialidades significantes de 11 a 17 indicam que no esquema de corrupção do caso PC Farias há sobreposição de interesses privados em detrimento do interesse público, assim como desvios de dinheiro que envolve jogos de interesses tanto entre PC e Collor quanto entre PC e políticos e empresários. Isto também é discursivizado na edição 1236, de 27 de maio de 1992, que mostra em sua capa (fig. 8) uma imagem de Pedro Collor de Mello sério, com semblante e olhar de ataque, seguida da formulação: “Pedro Collor conta tudo – o vídeo e a entrevista com os ataques do irmão do presidente”:

Figura 8. Veja, edição 1236, 27 de maio de 1992



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

As seguintes formulações da matéria intitulada “Chegou ao Planalto”, dessa edição, rememoram às circunstâncias de jogos de interesses observados na edição anterior:

- (18) **Pedro Collor diz que o presidente usa PC como instrumento para realização de negócios escusos, corrupção e assalto aos dinheiros públicos** (*Veja*, edição 1236, 27 de maio de 1992, p. 16) (Grifo nosso).

- (19) O Brasil inteiro sabe que PC foi o gerente da caixa da campanha de Collor à Presidência. Desde a posse, em 15 de março de 1990, não há roda de políticos e empresários que não comente exemplos de como, com o beneplácito do presidente, Paulo César Farias transita pelos meandros do governo, nomeando altos funcionários do Estado e, através dele, fechando toda sorte de negócios (*Veja*, edição 1236, 27 de maio de 1992, p. 16).

Percebemos o funcionamento da memória da política como “mundo dos interesses”, que, conforme Filgueiras (2012a), é assim compreendida tendo em vista que o conceito de interesses está baseado em uma concepção moral de mundo. Naturaliza-se esse conceito para a política reafirmando que ela é, de fato, o espaço dos vícios e da sobreposição dos interesses privados em relação ao interesse público, portanto, neste caso, corrupção política.

A discursivização sobre a corrupção no governo Collor tem continuidade na edição 1239, de 17 de junho de 1992, em que a discursivização da matéria, intitulada “O passado condena”, gira em torno da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) iniciada para investigar os negócios de Paulo César Farias na administração Collor de Mello. A capa dessa edição mostra, num fundo de cor preta, a imagem de PC Farias e do ex-presidente da Petrobrás à época, Luís Otávio Motta Veiga, ambos de lado e se entreolhando, e a formulação linguística “O governo não terminará limpo”, escrita na cor branca e com letras maiúsculas. Logo abaixo, tem-se outra formulação escrita com a mesma cor: “O ex-presidente da Petrobrás devassa o esquema paralelo de PC no Planalto”:

Figura 9. Veja, edição 1239, 17 de junho de 1992



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Na matéria dessa edição, intitulada “O passado condena”, a revista discursiviza sobre os avanços da apuração da CPI e também sobre os posicionamentos divergentes daqueles que estavam exercendo a atividade investigativa, conforme podemos observar abaixo:

- (20) **Mesmo dentro da CPI, há os que querem investigar, os que só estão ali para tumultuar e, por fim, os que não querem nada.** Ficam em silêncio, na indefinível posição de quem já sabe de tudo. Na turma do tumulto, o campeão é o deputado Roberto Jefferson, do PTB do Rio. Ele pediu que as sessões da CPI fossem secretas, armou uma briga com José Dirceu e Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo, e aprimorou sua técnica de provocador. No depoimento de PC, atalhou as perguntas de Moroni Torgan, do PSDB do Ceará, para emendar: “Só falta querer saber a cor da cueca dele”. **Atitudes desmoralizadas como a de Roberto Jefferson, no entanto, não estão impedindo a CPI de avançar na apuração** (*Veja*, edição 1239, 17 de junho de 1992, p. 29) (Grifos nossos).

Na formulação linguística 20, observamos o efeito-sentido de credibilidade e de legitimidade do trabalho eficaz da CPI, independentemente de momentos que possam, porventura, prejudicar o andamento das apurações mediante as denúncias de corrupção. É o fenômeno que fundamenta, baseado especificamente na realidade de ocorrência de CPIs no Brasil, a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, pois, institucionalmente, o mecanismo é um elemento fundamental para o controle da corrupção (FILGUEIRAS, 2012b). Dessa forma, o efeito-sentido de credibilidade da CPI atua na memória sobre a corrupção política do país a “crise da ética política” tendo em vista as denúncias de corrupção e a necessidade da atuação de uma CPI, que, mediante a produção de um efeito-sentido positivo, espera-se que as apurações resultem em penas que diminuam o problema da corrupção política.

Nessa perspectiva, percebemos, entretanto, na matéria intitulada “Retórica Clandestina”, veiculada também na edição 1239, um efeito-sentido de banalização a partir da espetacularização da revista em um dos momentos em que a CPI ouvia o depoimento de Paulo César Farias, quando questionado sobre como funcionava o processo de arrecadação financeira para a campanha presidencial de Fernando Collor de Mello. No processo de discursivização de *Veja*, destacamos a seguinte formulação:

- (21) [...] PC confessou-se incapaz de contabilizar os gastos, disse que o número de contribuições é “imensurável” e decretou: **“Nós estamos todos sendo hipócritas aqui”**. PC Farias queria dizer que todos os presentes na sala sabiam como se sustenta uma campanha eleitoral, quantas e quais ilegalidades se cometem para recolher dinheiro e abordar o assunto em público era uma hipocrisia (*Veja*, edição 1239, 17 de junho de 1992, p. 34) (Grifo nosso).

Na formulação 21, podemos perceber que a materialidade significativa, em negrito, “Nós estamos todos sendo hipócritas aqui”, mobiliza o discurso em que a sociedade brasileira é hipócrita, materializado também na formulação que se segue:

- (22) **A sociedade brasileira tem uma notável habilidade para a hipocrisia** (*Veja*, edição 1239, 17 de junho de 1992, p. 34) (Grifo nosso).

Dessa maneira, a revista colocou em jogo uma série de outras formulações já enunciadas, reatualizando-as, como observamos abaixo:

- (23) **Está tudo ali**, de Coronel Job Sant'Anna de Lorena, presidente do Inquérito Policial Militar (IPM) do Riocentro, em 1981. (*Veja*, edição 1239, 17 de junho de 1992, p. 34-35) (Grifo nosso).
- (24) **A Arena é o maior partido do Ocidente**, de Francelino Pereira, presidente do partido da Arena, em 1978. (*Veja*, edição 1239, 17 de junho de 1992, p. 34-35) (Grifo nosso).
- (25) **A economia vai bem, mas o povo vai mal**, do presidente Emílio Medici (1969/1974). (*Veja*, edição 1239, 17 de junho de 1992, p. 34-35) (Grifo nosso).
- (26) **Nada a declarar**, de Armando Falcão, ministro da Justiça no governo Geisel (1974/1979). (*Veja*, edição 1239, 17 de junho de 1992, p. 34-35) (Grifo nosso).
- (27) **A questão social é um simples caso de polícia**, do presidente Washington Luís (1926/1930). (*Veja*, edição 1239, 17 de junho de 1992, p. 34-35) (Grifo nosso).

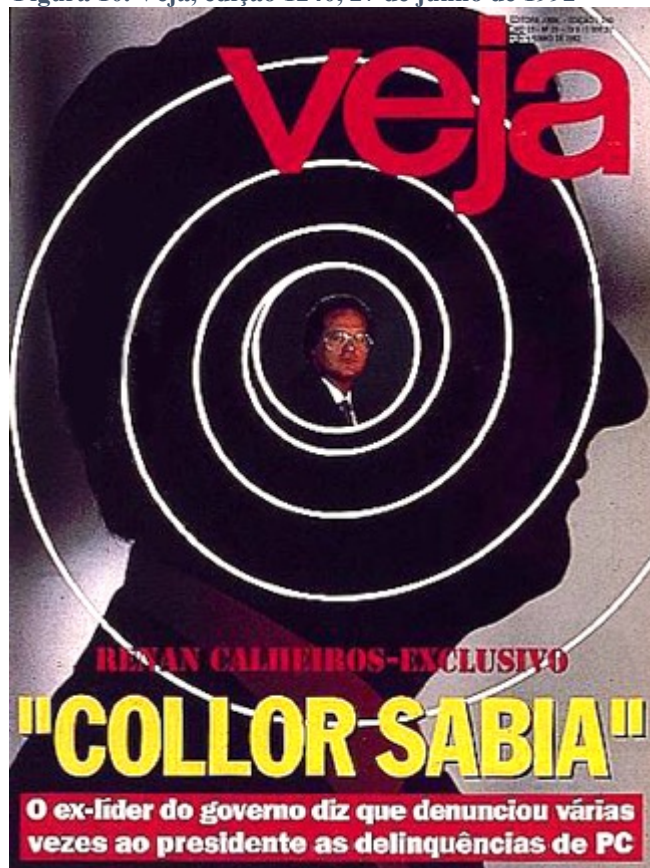
Por conseguinte, “Nós estamos todos sendo hipócritas aqui” funciona, ainda, como ponto de deriva, convocando o enunciado “Nós não vamos comer brioques, certo? Então não vamos falar do pão” (*Veja*, edição 1239, 17 de junho de 1992, p.35), que, com efeito-sentido de desdém, referiu-se não somente à investigação durante a CPI que fora tratada com irrelevância, mas retomou a expressão “Se não têm pão, que comam brioques!”, atribuída a Maria Antonieta, rainha da França no período de 1774 a 1789, no momento de escassez de alimentos nesse país. Com isso, podemos observar, na perspectiva da Análise de Discurso, de um lado, que essa ligação e as filiações históricas possíveis se organizam em memórias, e as relações sociais se organizam em redes de significantes; e, de outro lado, que as transgressões da língua ocorrem pelo equívoco constitutivo, lugar do impossível, e as transgressões do discurso ocorrem pela ruptura de sentidos e pela emergência de novos sentidos.

A partir dessa perspectiva, a mídia, a exemplo de *Veja*, ao fazer trabalhar um acontecimento discursivo em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ela convoca, possibilita o gesto de leitura que aponta o confronto discursivo de um

acontecimento aparentemente improvável, mas que já havia começado antes de sua emergência na CPI que investigava as práticas de corrupção envolvendo PC Farias. Dessa forma, em sua aparente estabilidade, o enunciado “Nós estamos todos sendo hipócritas aqui” (des)organiza-se, quando tomado como acontecimento discursivo, no funcionamento de uma memória que retoma enunciados anteriores, trabalhando como condição do legível, no sentido de Pêcheux (1983b), para quem todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação de redes de memória discursiva.

A discursivização sobre a investigação da CPI no que tange às denúncias de corrupção envolvendo Paulo César Farias tem prosseguimento na edição 1240, de *Veja*, de 27 de junho de 1992. A matéria, intitulada “O governo contra-ataca”, indica que as denúncias de corrupção contra PC podem atingir e envolver o governo Collor de Mello. Dessa maneira, a afirmação de Renan Calheiros, ex-líder do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) à época, de que o então presidente Fernando Collor tinha conhecimento das práticas irregulares de PC Farias aparecem tanto na matéria em questão quanto na capa (ver fig. 10), como pode ser observado a seguir:

Figura 10. *Veja*, edição 1240, 27 de junho de 1992



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Nessa capa, apresentada na figura 10, Fernando Collor de Mello aparece de perfil, numa imagem de cor preta, em que o conjunto de círculos brancos sob a imagem de seu rosto em perfil mostra a figura de um alvo, indicando algo em que se procura acertar, objetivo, meta. Renan Calheiros é mostrado no centro do alvo e em seguida tem-se a formulação linguística, em vermelho, “Renan Calheiros – exclusivo”, seguido de “Collor sabia”, destacado pela cor amarela e por letras maiúsculas, sendo observada, abaixo, a frase: “O ex-líder do governo diz que denunciou várias vezes ao presidente as delinquências de PC”. A formulação “Collor sabia” resume o que é discursivizado na matéria intitulada “O governo contra-ataca”, ou seja, sobre o conhecimento de Collor a respeito dos negócios escusos de PC, como indicado na formulação 28:

- (28) [...] o ex-líder do PRN Renan Calheiros responde à grande indagação: o presidente sabia o que PC fazia nos becos escuros do governo? **“Collor sabia”**, diz Renan, que em diversas oportunidades procurou o presidente para denunciar as atividades de PC Farias. **E Collor sempre se recusou a tomar qualquer providência** (Veja, edição 1240, 27 de junho de 1992, p. 16) (Grifos nossos).

A formulação linguística “Collor sabia”, destacada tanto na capa (ver fig. 10) quanto na formulação 28, produz efeito-sentido de conivência de Collor de Mello com as atitudes ilegais de PC Farias, cometidas durante a sua então administração presidencial. O efeito-sentido de conivência, associado à postura de recusa de Collor em “*tomar qualquer providência*” (ver formulação 28) no que diz respeito às ações ilícitas do ex-tesoureiro, produz um efeito de memória da tolerância da prática da corrupção, em que se observa uma rememoração às associações estabelecidas entre PC Farias - amigo íntimo e caixa de campanha eleitoral - e Fernando Collor de Mello.

Nessa perspectiva, percebemos, ainda na discursivização da matéria “O governo contra-ataca”, um efeito-sentido que indica que mesmo diante das circunstâncias de condutas particulares e corruptas de Paulo César Farias, a exemplo de suas sonegações de impostos de renda, a questão maior direciona-se para o fato de que uma provável justificativa para a existência da *fortuna de PC* – consequência de práticas de corrupção - tem a ver com o seu envolvimento direto na arrecadação de dinheiro para a campanha eleitoral de Collor de Mello, como pode ser observado na formulação 29:

- (29) PC pode ser acusado de maquilar suas declarações de imposto de renda e condenado a pagar multas ao Fisco. **Mas uma peritagem bem-feita chegará fatalmente à questão da origem da fortuna de PC. Novamente se voltará à campanha eleitoral da qual o empresário foi arrecadador de finanças** (*Veja*, edição 1240, 27 de junho de 1992, p. 19) (Grifo nosso).

O efeito de memória em que ocorre associações estabelecidas entre PC e Collor é ratificado em “Novamente se voltará à campanha eleitoral da qual o empresário foi arrecadador de finanças”, bem como na matéria intitulada “Quem está vencendo”, veiculada na edição 1241, de 1 de julho de 1992, na qual destacamos a formulação linguística que se segue:

- (30) O caso PC Farias não está encerrado porque restam dois problemas. Reduzidos ao osso, os fatos são três. Pedro Collor, irmão do presidente da República, disse que **“PC Farias é o testa-de-ferro de Fernando”**. Motta Veiga, ex-presidente da Petrobrás, declarou que o próprio PC lhe disse que **a “fonte de seu poder” era Collor**. Renan Calheiros, ex-líder do governo na Câmara, declarou que **denunciou as atividades de PC Farias ao presidente** (*Veja*, edição 1241, 1 de julho de 1992, p. 20) (Grifos nossos).

A partir desses dizeres, que rememoram as associações entre PC e Collor de Mello, e da compreensão de que um acontecimento discursivo é marcado pelo “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1983b, p. 17), observamos que os enunciados “PC Farias é o testa-de-ferro de Fernando”, “a fonte de seu poder era Collor” e “denunciou as atividades de PC Farias ao presidente” indicam o funcionamento de uma memória discursiva em que “Collor sabia” das atividades corruptas comandadas pelo seu ex-tesoureiro Paulo César Farias.

A construção do espetáculo em torno do esquema de PC Farias, portanto, não se deu por um conjunto de imagens de capas ou de matérias veiculadas nas edições da revista *Veja*, mas pela relação entre personagens envolvidos no esquema, instituições midiáticas, fato dado (o esquema) mobilizado, repetição (lembração/permanência) e sustentação do fato pelos campos político, religioso, econômico. E, neste sentido, podemos, com Rubim (2002), reafirmar que o espetáculo sobre o esquema de corrupção PC Farias antecede ao surgimento da mídia e é resultado do processo de espetacularização sobre o caso.

Nesse sentido, tratamos, no Capítulo 4, sobre memória e espetacularização do caso PC, mostrando que na discursivização sobre a estrutura do “esquema PC”, há indicação de vínculos entre funcionários, familiares e com o então presidente Fernando Collor de Mello, que o levou ao afastamento do cargo, à prisão de PC Farias, e, posteriormente, ao “Caso”, não encerrado, da morte do ex-tesoureiro PC Farias.

4 MEMÓRIA E ESPETACULARIZAÇÃO DO “ESQUEMA PC”

Salientamos no Capítulo 2, que, conforme Requena (1989 apud RUBIM, 2002), espetacularização, termo derivado de espetáculo, diz respeito ao processo de funcionamento de recursos específicos que permitem a construção do espetáculo. A espetacularização do “esquema PC”, em *Veja*, portanto, incorpora exterioridades que dão sentido ao espetacular, como mostramos neste Capítulo.

A edição 1242, de 8 de julho de 1992, de *Veja*, apresentou em matéria intitulada “As provas bancárias de PC” documentos bancários que comprovaram, à época, a ligação entre o esquema de corrupção comandado por PC Farias e a conta bancária de Ana Maria Acioli Gomes de Melo, assessora do então presidente Fernando Collor. A capa (ver fig. 11) dessa edição faz referência à matéria em questão, ao mostrar a imagem do extrato bancário que aponta a ligação entre PC e a conta da assessora de Collor, seguida da formulação “Um funcionário de PC depositou Cr\$18 968 000,00 na conta da secretária que pagava as despesas do presidente”. Também faz referência à matéria “No carro do amigo”, ao discursivizar sobre um documento que comprova que o carro utilizado para transportar os filhos de Collor era um Opala pertencente a PC Farias, em que se observa, ao lado do documento, a formulação “O carro usado pelos filhos do presidente Fernando Collor pertence a PC Farias”. A capa dessa edição apresenta um fundo de cor azul escura e as imagens desses documentos, bem como as formulações. Logo abaixo, tem-se a formulação linguística escrita em letras maiúsculas e com cor branca: “As provas”, como pode ser observado:

Figura 11. Veja, edição 1242, 8 de julho de 1992



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A matéria que nos interessa dessa edição, “As provas bancárias”, espetacularizou e discursivizou sobre números de contas bancárias, documentos pessoais, cheques e depósitos que, no “esquema PC”, envolveram pessoas ligadas ao então presidente Collor, a exemplo de sua assessoria Ana Acioli. A discursivização sobre a ligação da assessora de Collor com o “esquema PC” foi espetacularizada, na matéria, por meio de um percurso que esclarecia a relação de Acioli com o esquema, mas que, na realidade, dava-se, sobretudo, devido ao envolvimento maior de Collor de Mello e sua família, com a rede de corrupção direcionada pelo ex-tesoureiro, conforme o excerto abaixo:

(31) Os caminhos do dinheiro de PC

Caixinhas abasteciam PC Farias, segundo acusações na CPI. Parte do dinheiro chegava à família Collor pelos seguintes caminhos:

A **AL Táxi Aéreo** pagava despesas de combustível de Ana Acioli;

A **EPC**, de PC Farias, mandava dinheiro para a conta de Ana Acioli;

A **Brasil Jet**, de **PC Farias**, enviava dólares, cruzeiros e cheques;
 O **Posto Polar** recebia vales com a rubrica de Ana e carimbos da AL;
 Na **conta 4777-8**, do **Bancesa**, Ana geria até Cr\$ 250 milhões por mês;
Ana Acioli, com o nome de **Maria Gomes**, pagava as contas de **Collor**;
 No **Banco Rural**, há outra conta de Ana e faturas pagas pela Brasil Jet;
Rosane Collor recebia depósitos de Ana numa conta da **Caixa Econômica Federal**;
Leda Collor, a mãe do presidente, recebia transferência pelo aluguel da Casa da Dinda;
 A **Lilibeth**, a primeira mulher do presidente, era paga a pensão dos filhos de Collor;
 Cheques de Ana pagaram despesas no cabeleireiro **Hélio Instituto de Beleza**;
 Empregados da **Casa da Dinda** recebiam em dinheiro vivo, enviado por Ana;
 Na **Natan Jóias, Uajara Cabral** recebeu dólares pelo motorista Eriberto (*Veja*, edição 1242, 8 de julho de 1992, p. 21) (Grifos de *Veja*).

Por meio da discursivização sobre o dinheiro do “esquema PC” que atendia diretamente a Collor e seus familiares, percebemos uma diferente formulação produzida a partir do dizer “esquema PC”, isto é, a formulação linguística “esquema do Planalto”, em que podemos observar a seguir:

- (32) O empresário PC Farias parece mais ligado do que nunca ao **esquema do Planalto** (*Veja*, edição 1242, 8 de julho de 1992, p. 21) (Grifo nosso).
- (33) A isso tudo que anda devassando o **esquema do Planalto** acrescente-se uma bomba potencial (*Veja*, edição 1242, 8 de julho de 1992, p. 21) (Grifo nosso).

A expressão “esquema do Planalto”, observado nos excertos 32 e 33, produziu efeito-sentido de corrupção política, uma vez que o termo “esquema” faz associação, neste caso de contexto político, a ilegalidades, a atitudes ilícitas e inapropriadas; e “Planalto”, segundo o dicionário, escrita com a primeira letra em maiúscula, refere-se ao governo, ao poder. Por conseguinte, associando a rede de irregularidades ligadas à administração presidencial, essa diferente formulação parafraseada de “esquema PC” representa um retorno, portanto, aponta para uma memória discursiva dos dizeres sobre

o esquema de corrupção comandado por PC – rede de ações ilegais, que, dentre outras questões, voltou-se para desvios de verbas públicas e irregularidades de funcionários do próprio governo Collor.

Nessa perspectiva, o efeito-sentido de corrupção política pode ser observado, também, na matéria intitulada “Pagando com recibo”, da edição 1243, de 15 de julho de 1992. Na discursivização da matéria, foi possível perceber como que a espetacularização em torno do financiamento de campanha estruturado por Paulo César Farias para a candidatura de Fernando Collor, em específicas situações, apresentou aspectos indevidos e irregulares que indicaram uma memória da corrupção política associada a financiamentos irregulares de campanhas eleitorais, como podemos ver destacado no excerto, abaixo, da matéria que estamos tratando aqui:

- (33) Há um pedaço da elite que não faz contribuições ilegais para caixinhas eleitorais. Há uma segunda que desembolsa para um determinado candidato. Uma terceira abastece vários candidatos, e **existem ainda os que dão dinheiro de caso pensado. Contribuem na hora da eleição, para mais tarde cobrarem favores do governo** (*Veja*, edição 1243, 15 de julho de 1992, p. 23) (Grifo nosso).

Nesse excerto 33, vimos que no processo de financiamento que, geralmente, envolve grandes empresas, as relações de irregularidades podem ser consideradas como corrupção política, devido a uma significativa correlação entre financiamento irregular de campanhas e esse tipo específico de corrupção (WEBER, 2006). Na realidade da política brasileira, o fenômeno da corrupção política associada ao financiamento irregular de campanhas eleitorais é permeado por uma memória que liga o processo de financiamento de campanhas a tratamentos privilegiados, que se direcionam para interesses particulares no futuro, podendo envolver indicações a cargos no serviço público do governo eleito, contratos diversos e trocas de favores.

Com isso, percebemos como que a rede de corrupção política de Paulo César Farias estendeu-se, inclusive, para que determinados “indivíduos de interesse” compusessem diversas pastas da administração Fernando Collor de Mello, o que, consequentemente, facilitava toda a atuação do esquema de corrupção, mostrando, por conseguinte, que a realidade desse acesso facilitado dava-se a partir do consentimento do então presidente. Dessa maneira, nomeando homens de confiança em alguns cargos do

governo, o ex-tesoureiro agia, através das indicações diretas, no desvio de verbas públicas, como podemos observar nos excertos da matéria intitulada “Trama ligadíssima”, da edição 1245, veiculada em 29 de julho de 1992, em *Veja*:

- (34) Na Economia, instalou Sérgio Nascimento, chefe de gabinete de Zélia, **e liberou verbas mandando bilhetes à ministra** (*Veja*, edição 1245, 29 de julho de 1992, p. 26) (Grifo nosso).
- (35) Na secretaria executiva da Saúde, colocou o irmão Luiz Romero, **que deixou um rombo de 4 milhões de dólares na Central de Medicamentos** (*Veja*, edição 1245, 29 de julho de 1992, p. 26) (Grifo nosso).
- (36) Na Educação, **influiu na compra de merenda, que envolve 1,5 bilhão de dólares anuais** (*Veja*, edição 1245, 29 de julho de 1992, p. 26) (Grifo nosso).
- (37) Na Ação Social, **concentrou-se na habitação, no saneamento e nos 2,3 bilhões de dólares do FGTS** (*Veja*, edição 1245, 29 de julho de 1992, p. 26) (Grifo nosso).

O acesso facilitado de PC Farias às receitas do governo, constatado através das nomeações observadas nos excertos 34 a 37, aponta, também, neste caso, para o efeito-sentido de corrupção política, uma vez que a elaboração do esquema e sua prática deram-se devido ao modo como a própria organização governamental consentiu a utilização de recursos públicos para interesses privados, resultando em corrupção.

Dessa forma, percebemos nas materialidades significantes (excertos 38 a 43, abaixo) presentes na matéria “A roda da fortuna”, veiculada na edição 1248, de 19 de agosto de 1992, que se relacionam à memória discursiva sobre a corrupção política, o efeito-sentido de retomada dos principais percursos desenvolvidos por Paulo César Farias no seu comando do “esquema PC”:

- (38) A secretária Ana Acioli sacou 9,1 milhões de dólares das contas de Collor. **Para pagar essa despesa, só com mais um contrato com Cláudio Vieira** (*Veja*, edição 1248, 19 de agosto de 1992, p. 24) (Grifo nosso).
- (39) PC deixou 509 000 dólares na conta de Rosane. **Sua secretária, Maria Isabel, a Ana Acioli de Rosane, ganhou 965 000 dólares.** No total, 1,5 milhão de dólares (*Veja*, edição 1248, 19 de agosto de 1992, p. 24) (Grifo nosso).

- (40) Primeira mulher de Collor e mãe de seus dois filhos, **Lilibeth foi contemplada com 42 200 dólares do esquema PC** (*Veja*, edição 1248, 19 de agosto de 1992, p. 24) (Grifo nosso).
- (41) **A conta do ex-porta-voz Cláudio Humberto foi recheada com 68 500 dólares de PC** durante o segundo semestre de 1990 (*Veja*, edição 1248, 19 de agosto de 1992, p. 25) (Grifo nosso).
- (42) Amigo do empresário Wagner Canhedo; PC deu-lhe 9,9 milhões de dólares. **Bem a tempo de ajudá-lo a pagar as prestações da Vasp** (*Veja*, edição 1248, 19 de agosto de 1992, p. 25) (Grifo nosso).
- (43) **Dois fantasmas de PC** pagaram 1,3 milhão de dólares ao empresário, deputado e um dos melhores amigos de Collor, Paulo Octavio (*Veja*, edição 1248, 19 de agosto de 1992, p. 25) (Grifo nosso).

Nessa retomada, a espetacularização do esquema apontada nos excertos destacados na matéria em questão, indica uma memória discursiva que se constitui na relação entre o esquema de corrupção PC Farias, funcionários diretos e familiares de Fernando Collor de Mello, que, conseqüentemente, o apontam, também, como articulador da rede de corrupção política.

Nessa perspectiva, mostramos na sequência de excertos abaixo, da matéria intitulada “A voz de PC”, veiculada em 26 de agosto de 1992, na edição 1249, a ativação, ainda, da memória da corrupção política, bem como o deslizamento produzido por essas sequências (excertos 44 a 49) que fizeram funcionar a memória da atuação, do trabalho e dos resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou e investigou as denúncias contra o “esquema PC”, conforme a seguir:

- (44) Fazia tráfico de influência usando o nome do presidente Collor. **A conclusão da CPI** baseia-se nas notas fiscais frias de alto valor emitidas pela EPC para grandes empresas. É crime de exploração de prestígio. **Pena de reclusão de um a cinco anos e multa** (*Veja*, edição 1249, 26 de agosto de 1992, p. 28) (Grifos nossos).
- (45) Formou uma quadrilha para praticar crimes. Desse grupo, **conforme a CPI**, faziam parte as secretárias Rosinete Melanias e Ana Acioli, Ricardo Melanias, Jorge Bandeira e Cláudio Vieira, entre outros. **Pena de um a três anos de reclusão** (*Veja*, edição 1249, 26 de agosto de 1992, p. 28) (Grifo nosso).
- (46) Utilizou informações falsas para criar correntistas fantasmas, através dos quais realizava suas operações bancárias. **PC e os integrantes da quadrilha estão sujeitos a penas de reclusão de**

um a cinco anos por falsidade ideológica (*Veja*, edição 1249, 26 de agosto de 1992, p. 28) (Grifo nosso).

- (47) Sonegou impostos, já que as suas verdadeiras transações bancárias estavam escondidas nas contas dos fantasmas. **Pena de detenção de seis meses a dois anos** (*Veja*, edição 1249, 26 de agosto de 1992, p. 28) (Grifo nosso).
- (48) Supriu os gastos pessoais do presidente Collor, de sua ex-mulher, de sua mãe e da primeira-dama Rosane Collor através dos correntistas fantasmas. **É corrupção ativa, crime que prevê pena de reclusão de um a oito anos** (*Veja*, edição 1249, 26 de agosto de 1992, p. 28) (Grifo nosso).
- (49) Montou empresas em nomes de testas-de-ferro para movimentar no exterior dinheiro não declarado e sem origem. **É evasão de divisas. Pena de dois a seis anos de reclusão** (*Veja*, edição 1249, 26 de agosto de 1992, p. 28) (Grifo nosso).

Dando continuidade à discursivização e espetacularização sobre o “esquema PC” e os resultados das investigações que apontaram o envolvimento do então presidente Collor de Mello com os comandos ilegais de Paulo César Farias, *Veja* faz referência aos últimos acontecimentos sobre os casos de corrupção ligados a Fernando Collor, mostrando na capa (ver fig. 12) da edição 1253, veiculada em 23 de setembro de 1992, de fundo azul, a imagem de uma ampulheta – instrumento antigo utilizado para medir o tempo, também conhecido por relógio de areia – em que aparece apenas a face de Collor, com um semblante assustado, fazendo alusão à areia que normalmente faz parte desse instrumento. Ao lado da imagem, vê-se escrito, em letras brancas e maiúsculas, a formulação linguística “Cafajestadas na fase final”, e, logo abaixo, em tópicos, os termos, também escritos em branco: “Palavrões”, “Compra de votos” e “Ataque ao Congresso”:

Figura 12. Veja, edição 1253, 23 setembro de 1992



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Nessa edição, a matéria que nos interessa, intitulada “A voz do vilão”, traz trechos de depoimentos de Paulo César Farias sobre o seu posicionamento em relação às descobertas e denúncias de suas ações corruptas. Observamos em formulações retiradas da matéria em questão, que a discursivização sobre a postura de PC Farias no que concerne às denúncias contra ele e sua ligação com o então presidente Collor de Mello produz efeito de sinceridade e emoção:

- (50) **Acusações:** Me acusam de tudo, das coisas mais absurdas. Mas garanto que 80% do que me acusam é pura mentira. Quanto ao que possa ser verdadeiro, os outros 20%, a consciência não me incrimina. Se todo mundo arrecada dinheiro para campanha eleitoral, por que só eu sou o criminoso? (*Veja*, edição 1253, 23 de setembro de 1992, p. 29) (Grifo de *Veja*).
- (51) **Ressentimento:** Posso até ficar chateado com os amigos que se afastaram, a traição daqueles a quem ajudei, mas entendo os motivos deles e me conformo. Não quero me vingar nem odeio a ninguém. Nem Pedro Collor. Eu o desprezo (*Veja*, edição 1253, 23 de setembro de 1992, p. 29) (Grifos de *Veja*).

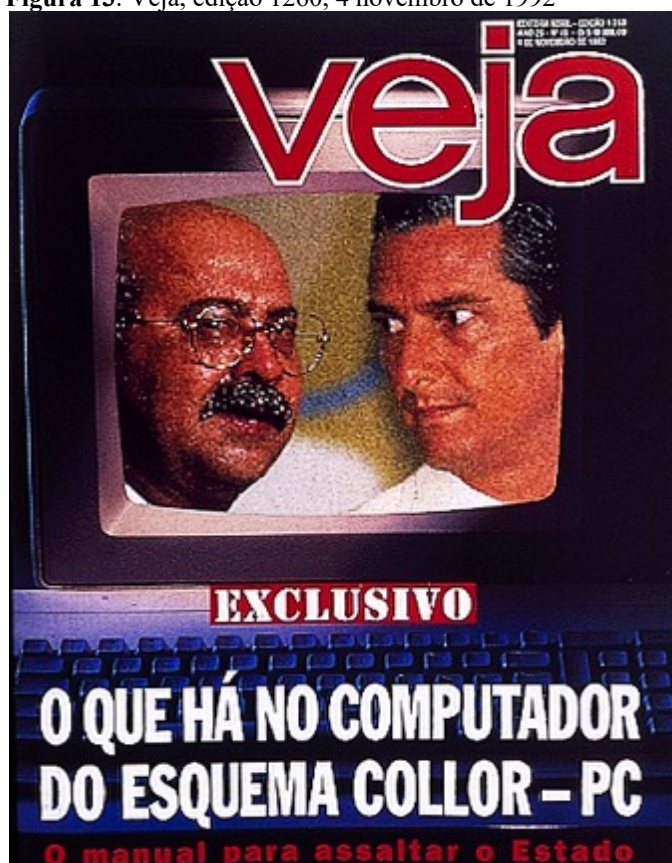
- (52) **Misticismo:** Quando entrei na campanha do Fernando (*Collor*), a Elma, minha mulher, que vê mais à frente, me disse: “Esse caminho não tem volta”. Ela tinha razão, não houve volta. É estranho, mas quando o Fernando ganhou a eleição, não fiquei feliz. Na festa do segundo turno, aquela em que o Fernando gritou “Viva o PC!”, eu estava triste. E só o Fernando percebeu meu estado. Foi um sinal (*Veja*, edição 1253, 23 de setembro de 1992, p. 29) (Grifos de *Veja*).
- (53) **Traição:** Por uma questão de formação e de caráter, eu não traio meus amigos, mesmo que eles se afastem de mim. Admiro pessoas como o Roberto Amaral (*diretor da empreiteira Andrade Gutierrez*). Ele ajuda o amigo quando o sujeito está na pior. Pagou o apart hotel de Jânio Quadros quando ele estava morrendo, telefona para mim, para a Zélia, para o Canhedo (*Veja*, edição 1253, 23 de setembro de 1992, p. 29) (Grifos de *Veja*).

Dessa forma, a memória é (re)atualizada no momento em que percebemos o afastamento do sentido de vilão, termo presente no título da matéria e que remete a maldade e qualidades negativas, e a ativação de um efeito-sentido de injustiça contra PC Farias.

Em 4 de novembro de 1992, o ex-tesoureiro Paulo César Farias e Fernando Collor de Mello aparecem na capa (ver fig. 13) da edição 1260, de *Veja*. Neste período, Fernando Collor já tinha sido afastado do cargo de presidente pelo processo de *impeachment*. Na discursivização e espetacularização sobre o “esquema PC”, no entanto, observamos, novamente, as associações entre PC e Collor no que concerne à rede de corrupção política, tendo em vista os resultados de novas investigações sobre o esquema.

No fundo da capa dessa edição, há uma imagem de um computador, fazendo referência ao computador de Paulo César Farias, apreendido para investigações, à época, pela Polícia Federal, e na tela as fotos dos rostos de PC Farias e Collor de Mello. Sobrepostas ao teclado do computador, aparecem as seguintes formulações linguísticas escritas em letras maiúsculas: “Exclusivo – O que há no computador do esquema Collor-PC”. Logo abaixo, em letras minúsculas e de vermelho, tem-se a formulação: “O manual para assaltar o Estado”:

Figura 13. Veja, edição 1260, 4 novembro de 1992



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Tanto na capa dessa edição quanto na matéria intitulada “Arquivos do assalto”, ocorre deslizamento do termo “esquema PC” para “esquema Collor-PC”, reafirmando o sentido que indica ligação entre o empresário e o ex-presidente na rede de corrupção, principalmente ao utilizar termos que associam as ações ilegais entre Collor e PC, como “os dois” ou “a dupla”.

Dessa maneira, a espetacularização sobre os dados presentes nos arquivos do computador de Paulo César Farias, que apontaram para a estrutura do “esquema PC”, indicaram efeito-sentido produzido por (54) “[...] o Brasil inteiro suspeitava, mas só agora tem-se a garantia de que o Brasil inteiro estava certo” (*Veja*, edição 1260, 4 de novembro de 1992, p.21), que aponta para o efeito de aproximação com o leitor brasileiro que já imaginava (“o Brasil inteiro suspeitava”) uma verdade sobre a ligação de Collor de Mello com o esquema de corrupção política comandada por PC.

Outra materialidade linguística que produz esse efeito de reconhecimento, pode ser observada na matéria “Chegou a hora de PC Farias”, veiculada na edição 1295, em 7 de julho de 1993. No trecho (55) “A nação sente-se aliviada com a sua punição” (*Veja*,

edição 1295, 7 de julho de 1993, p.20), que se refere à efetivação da medida de punição contra as práticas corruptas cometidas por PC Farias e ao seu mandato de prisão, observamos que o efeito-sentido de reconhecimento mostra que *a nação sente-se aliviada*, porque o brasileiro, anteriormente, já se sentia indignado/insatisfeito com as questões da corrupção política no governo presidencial. Nessa retomada, observamos o funcionamento de uma memória que legitima os efeitos-sentido de aproximação, de reconhecimento e conhecimento do brasileiro no que concerne às ações corruptas de Paulo César Farias, aos seus depoimentos na CPI e as suas condutas irregulares ligadas a funcionários e ao próprio ex-presidente Fernando Collor.

Nesse período, em 1993, como salientado acima, já havia sido decretada a prisão preventiva de PC Farias. Em dezembro do mesmo ano, o ex-tesoureiro foi preso num quarto-prisão na Superintendência da Polícia Federal (PF), sendo um ano depois condenado, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a sete anos de prisão por falsidade ideológica. Também em dezembro de 1994, PC Farias foi transferido de Brasília para uma cela no QG do Corpo de Bombeiros em Maceió (AL). Em junho de 1995, Paulo César Farias deixou a prisão para cumprir pena em regime aberto, e em dezembro do mesmo ano, o STF concedeu liberdade condicional ao ex-tesoureiro da campanha presidencial de Fernando Collor de Mello. Em 23 de junho de 1993, os corpos de PC Farias e de sua namorada Suzana Marcolino foram encontrados na casa de praia de PC, em Maceió.

A discursivização e espetacularização sobre a morte de PC Farias e Suzana aparece, em *Veja*, na edição 1471, veiculada em 3 de julho de 1996. A capa (ver fig. 14) dessa edição mostra, no canto superior esquerdo, a foto do rosto de Suzana Marcolino em que ela aparece sorrindo, e, logo abaixo, escrita de amarelo e com letras minúsculas, a formulação: “Suzana, a namorada”. No canto inferior direito da capa de *Veja*, é apresentada a foto do rosto de Fernando Collor de Mello, que, fantasiado de havaiano, aparece com um sorriso discreto. Logo abaixo de sua foto, tem-se a formulação: “Enquanto isso, no Taiti...”. No fundo dessa capa, é mostrada a imagem do rosto de PC Farias na cor vermelha (tipo sangue), em que o ex-tesoureiro aparece com um semblante sério. Ainda, na capa dessa edição, observamos a formulação linguística escrita com cor amarela e letras maiúsculas: “Sexo, ciúme e sangue”:

Figura 14. Veja, edição 1451, 3 de julho de 1996



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Na discursivização da matéria “A morte na cama”, dessa edição, a morte de PC e sua namorada é tratada, por um lado, como um acontecimento que envolveu razões óbvias, mas nada que se direcionasse a questões do passado de envolvimento político e corrupto de PC Farias. Dessa maneira, Suzana teria matado o ex-tesoureiro e logo se suicidado, uma vez que teria descoberto que, no mesmo dia, PC a deixaria. Diante da suposta razão que levou Suzana a cometer o crime, observamos que o espetáculo em torno da discursivização sobre as duas mortes girou em torno de questões pessoais que os envolviam, e, ao mesmo tempo, por outro lado, os motivos das mortes poderiam ser outros, no entanto, sem o fim da investigação, o caso poderia se estender, inclusive, sem solução, como indicado no excerto a seguir:

- (56) A dúvida só será solucionada – **se é que será solucionada um dia** – quando a polícia terminar de interrogar os seguranças e demais funcionários da casa, checar os álibis de cada um e

conferir os testemunhos (*Veja*, edição 1451, 3 de julho de 1996, p. 37) (Grifo nosso).

O efeito-sentido de especulação e, ao mesmo, de obviedade das razões das mortes, devido às circunstâncias do relacionamento entre PC e Suzana, indica, a partir da situação duvidosa em relação aos reais motivos das mortes, um efeito de memória de “Caso”, não mais no sentido de Caso PC ou Caso Collor-PC, que remetiam ao esquema de corrupção política comanda pelo ex-tesoureiro de Fernando Collor de Mello, mas de um novo “Caso” sobre Paulo César Farias, (re)atualizado, (re)significado.

O efeito-sentido de “Caso” aparece na edição 1456, de 7 de agosto de 1996, em que *Veja* discursiviza, em sua capa (ver fig. 15), sobre as imagens dos corpos de Paulo César Farias e Suzana Marcolino, numa capa de fundo vermelho, com as seguintes formulações: “Caso encerrado” – “Exclusivo: as fotos do laudo”. Acima das formulações linguísticas, vê-se a imagem das balas que fazem referência à arma utilizada no crime. No interior da seta que aponta para a bala do lado esquerdo tem-se escrito: “A cápsula da bala que matou PC Farias”; no interior da seta que aponta para a bala do lado direito vê-se: “A cápsula da bala com que Suzana se suicidou”, o que indica o efeito-sentido de conclusão das investigações do “Caso”, resultando, como especulado inicialmente, em morte seguida de suicídio. Por conseguinte, podemos conferir à capa em questão, abaixo:

Figura 15. Veja, edição 1456, 7 de agosto de 1996



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Na matéria “Fim de caso”, que faz referência à capa dessa edição, o efeito-sentido de incontestável, de razões evidentes, retoma sentidos anteriormente produzidos, que (re)atualiza a memória sobre o “Caso”, como pode ser observado em formulações, a exemplo da 57, que indicam que o ex-tesoureiro tinha sido, de fato, assassinado por Suzana:

- (57) As principais conclusões sobre do inquérito sobre o assassinato do caixa de campanha de Fernando Collor de Mello já estavam em suas mãos e podiam ser sintetizadas num único tópico: **Suzana matou PC e se matou em seguida, na manhã de 23 de junho, em Maceió.** Ou seja: depois de 35 dias de investigações, a coleta de uma centena de depoimentos e o exame de todas as provas disponíveis, **descarta-se inteiramente a hipótese de que PC Farias tenha morrido como vítima de um complô** (*Veja*, edição 1456, 7 de agosto de 1996, p. 32) (Grifos nossos).

Dessa maneira, na formulação 57, no segundo grifo (“descarta-se inteiramente a hipótese de que PC Farias tenha morrido como vítima de um complô”), percebemos a

projeção de uma memória para o que poderá ser dito a partir dessa formulação/afirmação. Nesse sentido, a temática sobre o “Caso” envolvendo a morte de PC Farias voltou a ser discutida a partir da mudança da versão oficial que apontava para crime passional, com o assassinato do ex-tesoureiro, seguido do suicídio de Suzana. A versão oficial foi mudada para duplo assassinato, o que resultou, em outubro de 2002, no pronunciamento dos acusados Adeildo Costa dos Santos, Reinaldo Correia de Lima Filho, Josemar Faustino dos Santos e José Geraldo da Silva, ex-seguranças de PC Farias. Após 16 anos do assassinato, o “Caso” ainda corre na 8ª Vara Criminal de Maceió e não há previsão de julgamento dos quatro acusados pelo crime. O funcionamento dessa memória permite que o assunto envolvendo o “Caso da morte PC Farias” seja retomado e (re)significado a partir de formulações refeitas em outras materialidades significantes, e, por assim ser, produzam outros efeitos-sentido e outros efeitos de memória.

5 CONCLUSÃO

Apesar de os estudos sobre a relação entre mídia e política serem recentes no Brasil, foi possível observar uma parcela significativa de pesquisas sobre a temática. De uma maneira geral, observamos que esses estudos se voltam para a influência e papel da mídia, seja, dentre outros aspectos, em processos eleitorais ou no comportamento das pessoas. No entanto, tomando os pressupostos teóricos da Análise de Discurso, na perspectiva de nossa pesquisa que originou este trabalho, não nos interessou como se processa uma possível intervenção da mídia na sociedade.

Dessa forma, tendo em vista o caráter de visibilidade proporcionado pelos meios de comunicação de massa, a política tem se realizado, de maneira significativa, por meio dos diversos veículos de comunicação, seja na televisão, no rádio, na internet ou nos meios impressos, a exemplo das revistas de informação. E na relação entre mídia e política, outros formatos foram produzidos, a saber, os processos que tem a ver com a espetacularização midiática da política, que ao fabricar o espetáculo, tende a espetacularizar ações de políticos, de partidos, mandatos, candidatos, e, também, de casos de corrupção política.

Na discursivização e espetacularização midiática de casos de corrupção política, como proposta deste trabalho, voltamos, especificamente, para análises de edições da revista de informação *Veja*, aqui compreendida com um dos lugares de memória discursiva, com o objetivo de responder a seguinte questão: como se dá, em *Veja*, o funcionamento do espetáculo em torno do caso de corrupção política (“esquema PC”) comandado por Paulo César Farias, o PC Farias, e como a memória irrompe indicando associações entre PC e o então presidente Fernando Collor de Mello?

Após a quantificação e catalogação das edições de *Veja*, que circularam entre agosto de 1987 e agosto de 1996, e que discursivizaram sobre o surgimento do político Fernando Collor de Mello, seu governo na presidência da República, bem como os casos de corrupção que envolveram a sua administração, destacamos que, dentre esses casos, direcionamos as nossas análises para o esquema de corrupção política elaborado e comandado pelo ex-tesoureiro do então presidente, Paulo César Cavalcante Farias, conhecido por PC Farias. Nessa perspectiva, a partir do nosso *corpus* de pesquisa, e com o objetivo de responder a questão deste trabalho, levantamos a hipótese de que o funcionamento do espetáculo em torno do “esquema PC” dá-se a partir da produção de

efeito-sentido que rememora dizeres que maculam a imagem de Fernando Collor mesmo após o processo de *impeachment* que o afastou do governo.

Nesse sentido, os resultados das análises indicaram, como observado no Capítulo 3, que a discursivização sobre Fernando Collor de Mello, em *Veja*, voltou-se, em primeira instância, para a apresentação de um político competente que eliminaria as ilegalidades no serviço do funcionalismo público. Na administração presidencial, quando a revista passa a discursivizar sobre algumas práticas de corrupção ligadas ao ex-tesoureiro do então presidente, PC Farias, percebemos a produção de efeito-sentido de associação constante entre PC e Collor de Mello, nas formulações *amigo íntimo do presidente da República, caixa de campanha de Fernando Collor e Cascão, o amigo sujo do presidente*. Percebemos, ainda, que o efeito-sentido de conivência indicado a partir da materialidade linguística “Collor sabia”, além de trazer à tona a memória da tolerância da corrupção, funcionou, também, indicando a rememoração da associação entre Paulo César Farias e Collor de Mello.

A rememoração de dizeres permaneceu funcionando ao associar PC a Collor, ainda no Capítulo 3, principalmente na discursivização e espetacularização sobre as denúncias de Pedro Collor de Mello, irmão do então presidente, contra ações corruptas de Paulo César Farias, que mantinham ligações diretas com o governo de Fernando Collor. As análises dos excertos apontaram para a memória discursiva da corrupção política, tendo em vista as questões de desvios de dinheiro e sobreposição de interesses privados em relação aos interesses públicos, que fizeram parte da estrutura do “esquema PC”.

No Capítulo 4, vimos a substituição do termo “esquema PC” para “esquema do Planalto”, que apontou para a memória discursiva da rede de irregularidades comandada por PC, mas que, novamente em associação a Collor de Mello, (re)atualizou os sentidos do esquema de corrupção política, indicando um efeito-sentido de que, agora, o esquema de corrupção política era comandado pelo então presidente Fernando Collor de Mello.

Nessa perspectiva, o funcionamento do espetáculo em torno do “esquema PC” produziu, ainda, efeito-sentido de comprovação das ligações de PC Farias a funcionários e pastas do governo Collor, como na Economia, na secretaria de Saúde, na Educação e na Ação Social, bem como o envolvimento direto com uma secretaria e assessora de Fernando Collor, que, no “esquema PC”, atuava no intermédio entre os interesses de Collor e seus familiares, como pôde ser observado nas formulações que mostramos no

Capítulo 4: *Ana Acioli, com o nome de Maria Gomes, pagava as contas de Collor, Rosane Collor recebia depósitos de Ana numa conta da Caixa Econômica Federal e Cheques de Ana pagaram despesas no cabeleireiro Hélio Instituto de Beleza.*

Observamos que, mesmo já afastado da administração presidencial pelo processo de *impeachment*, devido a novas investigações sobre o “esquema PC” apresentadas em matéria de *Veja*, a revista voltou a discursivizar, em capa, sobre a imagem de Collor e PC Farias, mostrando as ligações da *dupla* no esquema de corrupção que *o Brasil inteiro suspeitava*, mas que, com o mandato de prisão contra Paulo César Farias, *a nação* se sentia aliviada. Dessa maneira, pôde ser observado o aparecimento de uma memória que legitima os efeitos-sentido de aproximação, de reconhecimento e conhecimento do brasileiro no que concernem as ações corruptas de PC Farias e as suas condutas irregulares ligadas a funcionários e ao próprio ex-presidente Fernando Collor de Mello.

Na discursivização e espetacularização sobre o “esquema PC”, em *Veja*, faz-se importante salientar que nesse caso de corrupção analisado, observamos que, além da estrutura ilegal que consistiu o financiamento de campanha eleitoral de Collor, o “esquema PC” utilizou-se de recursos públicos para fins privados, o que nos permitiu compreender e tomar o esquema elaborado e desenvolvido por Paulo César Farias como corrupção política. Dessa forma, foi por meio de acessos diretos de PC às receitas do governo, que o esquema adquiriu proporção. Dentre outras práticas corruptas, houve desvios de verbas enviadas para o exterior, para amigos, e circuladas na família e na casa do então presidente - tornando-se alvo de denúncias que levaram à abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, ao *impeachment* de Collor, e, em 1996, à morte de PC Farias, que, em *Veja*, foi discursivizada como um novo “Caso”, em que se descartava a possibilidade de que Paulo César Farias teria morrido como vítima de um complô.

Depois do exposto, correndo todos os riscos de quem se aventura numa pesquisa como a que desenvolvemos, afirmamos que no caso PC Farias pode ser observada, no sentido de Pollak (1989), clivagem entre *memória oficial* e *memórias subterrâneas*, apontando fronteiras entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável. Nessa clivagem, a memória subterrânea está sendo suprimida pelo processo de enquadramento da memória. Com isso, a memória oficial sobre o assassinato, seguido de suicídio de Suzana Marcolino, foi alterada, de maneira que o “Caso” ainda corre na 8ª Vara Criminal de Maceió. Dessa forma, a regularização discursiva sobre o “Caso da morte PC Farias” não permanecerá em sua totalidade, pois poderão surgir acontecimentos novos no jogo de

força do funcionamento da memória que permite que o “Caso” seja retomado e (re)significado, em outras materialidades significantes ou lugares de memória discursiva, produzindo, por conseguinte, outros efeitos-sentido e outros efeitos memória.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, R. B. **Corrupção e instituições políticas: uma análise conceitual e empírica**, Recife, 2010.
- AZEVEDO, F. A.; RUBIM, A. A. C. **Mídia e política no Brasil: estudos e perspectivas**. 1998. <Disponível em: www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 20 out. 2012.
- BIGNOTTO, N. Corrupção e Estado de direito. In: ANASTASIA, F.; AVRITZER, L. (Org.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.82-86.
- PASQUINO, G. Corrupção. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998. p. 291-293.
- CASARÕES, G. S. P.; SALLUM JR., B. **O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo**. São Paulo: Lua Nova, 2011. p. 163-200.
- COURTINE, J-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCAR, 2009. Edição original: 1981.
- DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Edição original: 1967.
- FIGUEIREDO, L. **Morcegos Negros**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- FILGUEIRAS, F. **A corrupção no Brasil e as instituições políticas**. 2006a. <Disponível em: www.defesa.ufjf.br>. Acesso em: 01 ago. 2012.
- FILGUEIRAS, F. **A corrupção na política: perspectivas teóricas e metodológicas**. Juiz de Fora, mai. 2006b.
- FILGUEIRAS, F. **A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social**. Opinião Pública, Campinas, vol. 15, nº 2, 2009. p. 386-421.
- FILGUEIRAS, F. Comissões Parlamentares de Inquérito. In: AVRITZER, L. et al (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012b. p. 468-472.
- FILGUEIRAS, F. Interesses. In: AVRITZER, L. et al (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012a. p.131-137.
- FONSECA-SILVA, M. C. **Funcionamento discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político**. Estudos Linguísticos, São Paulo, v.38, n.3, p.193-203, set.-dez. 2009. Disponível em: http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N3_15.pdf. Acesso em: 2 jul. 2011.
- FONSECA-SILVA, M. da C. Mídia e Lugares de Memória Discursiva. In: FONSECA-SILVA, M. da C.; POSSENTI, S. (Org.). **Mídia e redes memória**. 1 ed. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007a. p. 11-37.
- FONSECA-SILVA, M. C. **Poder-Saber-Ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade**. 1. ed. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007b.
- FONSECA-SILVA, M. C. O sentido como efeito de e bases simbólicas de significação. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L. **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos e confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007c. p. 207-212.

- FONSECA-SILVA, M. C. Enunciado, objetos de discursos e domínio de memória. In: MILANEZ, N; GASPAR, N. R. (Org.). **A (des)ordem do discurso**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 35-44.
- FORMIGA-XAVIER, C. J. C. de. **A corrupção política e o Caixa 2 de campanha no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Edição original 1969.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. Edição original:1950.
- GARCIA, L. C. **O discurso político eleitoral contra a corrupção no HGPE/2006: memória e construção de identidade**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2009.
- LARANJA, A. L.; FRANCO, S. P. **O público, o privado e o Estado no Brasil**. Revista *Ágora*, n.1, Vitória, 2005, p.1-34.
- LARANJA, A. L. **Negócios públicos, riquezas privadas: o escândalo dos “anões do orçamento” (1993-1994)**. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.
- MIGUEL, L. F. **Dossiê “mídia e política”**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, p. 7-12, jun. 2004.
- MOTTA, R. P. S. **Jango e o Golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- NORA, P. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, p. 7-28, 1993. Edição original:1984.
- OLIVEIRA, M. B. de. **O fenômeno da corrupção na esfera pública brasileira**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2010.
- PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57. Edição original: 1983a.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983b.
- POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro-RJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RIBEIRO, I. L. **Patrimonialismo e personalismo: a gênese das práticas de corrupção no Brasil**. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, Fortaleza, 2010.
- ROMÃO, L. M. S.; SOUZA, F. C.; YADO, T. H. M. **Efeitos de sentido em propagandas políticas: Collor e Lula em discurso**. Achegas.net, n. 43, p. 18-33, 2010.
- ROMUALDO, E. C.; SILVA, E. de M. Mídiação e espetacularização: os entornos da mídia na campanha político-eleitoral de Lula em 2002. In: POSSENTI, S.; PASSETTI, C. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: política e mídia**. Maringá: Eduem, 2010.

RUBIM, A. A. C. **Espetáculo, Política e Mídia**. Salvador, 2002. 21 p. Disponível na Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação: <<http://bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

SCHWARCZ, L. M. Corrupção no Brasil Império. In: AVRITZER, L. et al (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p.191-199.

SOUSA, J. M. de. **O combate à corrupção eleitoral no Brasil: mobilização social e eficácia da Lei 9840/99**. Belo Horizonte, 2010.

WEBER, L. A. **Capital social e corrupção política nos municípios brasileiros** (O poder do associativismo). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, 2006.

WEBER, M. H. **O espetáculo político-midiático e a partição de poderes**. Encontro da Rede Prosul – Midiatização, sociedade e sentido. Anais. São Leopoldo-RS, out. de 2007.

WEBER, M. H. PEREIRA, M. V; COELHO, M. P. **O voto, a rua e o palco** (questões sobre comunicação e política). 2004. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/webercoelho2004.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2012.